

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	44
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	88
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.442.454
Preferenciais	5.602.043
Total	13.044.497
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	675.507.000	698.646.000
1.01	Ativo Circulante	69.324.000	82.453.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.379.000	16.553.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.323.000	10.794.000
1.01.03	Contas a Receber	16.357.000	20.863.000
1.01.04	Estoques	24.062.000	24.015.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.448.000	6.506.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.448.000	6.506.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social correntes	1.585.000	1.520.000
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	4.863.000	4.986.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.755.000	3.722.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	8.000	535.000
1.01.08.03	Outros	5.747.000	3.187.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	371.000	208.000
1.01.08.03.02	Outros	5.376.000	2.979.000
1.02	Ativo Não Circulante	606.183.000	616.193.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	42.560.000	49.085.000
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.000	2.000
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	268.000	258.000
1.02.01.03	Contas a Receber	6.256.000	6.361.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.555.000	24.641.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.965.000	15.156.000
1.02.01.06.02	Impostos e contribuições	9.590.000	9.485.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.479.000	17.823.000
1.02.01.09.03	Adiantamento a Fornecedores	898.000	1.017.000
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	8.919.000	8.590.000
1.02.01.09.05	Outros Realizáveis a Longo Prazo	8.662.000	8.216.000
1.02.02	Investimentos	111.460.000	115.536.000
1.02.03	Imobilizado	443.079.000	442.439.000
1.02.04	Intangível	9.084.000	9.133.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	675.507.000	698.646.000
2.01	Passivo Circulante	96.334.000	105.247.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.059.000	4.212.000
2.01.02	Fornecedores	25.549.000	28.172.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	52.509.000	54.481.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	51.380.000	52.913.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.129.000	1.568.000
2.01.05	Outras Obrigações	11.608.000	15.458.000
2.01.05.02	Outros	11.608.000	15.458.000
2.01.05.02.04	Outros Impostos e contribuições	8.687.000	11.762.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	2.921.000	3.696.000
2.01.06	Provisões	2.609.000	2.436.000
2.01.06.02	Outras Provisões	2.609.000	2.436.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	2.609.000	2.436.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	488.000
2.02	Passivo Não Circulante	316.507.000	338.668.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	226.695.000	250.865.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	221.338.000	245.439.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	5.357.000	5.426.000
2.02.04	Provisões	89.812.000	87.803.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.960.000	7.282.000
2.02.04.02	Outras Provisões	81.852.000	80.521.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	45.825.000	44.546.000
2.02.04.02.05	Provisão para Desmantelamento de áreas	34.613.000	34.641.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	1.414.000	1.334.000
2.03	Patrimônio Líquido	262.666.000	254.731.000
2.03.01	Capital Social Realizado	205.432.000	205.432.000
2.03.02	Reservas de Capital	253.000	237.000
2.03.04	Reservas de Lucros	92.396.000	92.396.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.243.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-34.172.000	-43.334.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	55.250.000	58.957.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-39.518.000	-41.183.000
3.03	Resultado Bruto	15.732.000	17.774.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.659.000	-5.609.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.984.000	-2.112.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.828.000	-1.894.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.848.000	-4.978.000
3.04.05.01	Tributárias	-237.000	-454.000
3.04.05.02	Custo com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-502.000	-560.000
3.04.05.03	Custo Exploratório para Extração de Petróleo e Gás	-1.134.000	-878.000
3.04.05.05	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-3.975.000	-3.086.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.001.000	3.375.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.073.000	12.165.000
3.06	Resultado Financeiro	-6.787.000	-5.357.000
3.06.01	Receitas Financeiras	598.000	793.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	598.000	793.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.385.000	-6.150.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-4.691.000	-2.427.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-2.694.000	-3.723.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.714.000	6.808.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	468.000	-1.478.000
3.08.02	Diferido	468.000	-1.478.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.246.000	5.330.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.246.000	5.330.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,1	0,41
3.99.01.02	PN	-0,1	0,41
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,1	0,41
3.99.02.02	PN	-0,1	0,41

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.246.000	5.330.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	9.165.000	-10.420.000
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão	-8.026.000	8.893.000
4.02.07	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa Reconhecidos no PL	19.856.000	-24.959.000
4.02.08	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa transferidos para o resultado	2.639.000	683.000
4.02.09	IR e CSLL diferidos s/ Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa	-7.648.000	8.254.000
4.02.10	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas	2.344.000	-3.291.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.919.000	-5.090.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.546.000	12.309.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.289.000	16.311.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	-1.246.000	5.330.000
6.01.01.03	Despesa Atuarial com Plano de Pensão e Saúde	1.852.000	1.553.000
6.01.01.04	Resultado de Participações em Investimentos	-1.001.000	-3.375.000
6.01.01.05	Depreciação, Depleção e Amortização	9.539.000	6.395.000
6.01.01.06	Perda na Recuperação de Ativos	340.000	0
6.01.01.07	Baixa de Poços Secos	579.000	484.000
6.01.01.08	Resultado com alienação, baixa de ativos e devolução de campos e projetos cancelados do E&P	107.000	-181.000
6.01.01.09	Var. Cambial Monetária e Enc. sobre Financiamentos	6.572.000	5.693.000
6.01.01.10	Imposto de Renda e Contrib. Soc. Dif. Líquidas	-468.000	1.478.000
6.01.01.12	Perdas em créditos de liquidação duvidosa	15.000	-1.066.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.743.000	-4.002.000
6.01.02.01	Contas a Receber	-311.000	-86.000
6.01.02.02	Estoques	-47.000	-1.532.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-329.000	-389.000
6.01.02.04	Outros Ativos	-1.912.000	-2.749.000
6.01.02.05	Fornecedores	-1.977.000	162.000
6.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	-3.098.000	410.000
6.01.02.07	Plano de Pensão e Saúde	-400.000	-390.000
6.01.02.08	Outros Passivos	-669.000	572.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.544.000	-9.646.000
6.02.01	Aquisições de Imobilizados e Intangíveis	-9.465.000	-13.145.000
6.02.02	Adições em Investimentos	-497.000	-2.199.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos (Desinvestimentos)	0	223.000
6.02.04	Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários	3.819.000	5.003.000
6.02.05	Dividendos Recebidos	599.000	167.000
6.02.06	Disponibilidades de Empresas Incorporadas	0	305.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.176.000	-1.771.000
6.03.02	Captações	15.852.000	15.433.000
6.03.03	Amortizações de Principal	-23.494.000	-16.186.000
6.03.04	Amortizações de Juros	-1.534.000	-1.018.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.174.000	892.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.553.000	5.094.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.379.000	5.986.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	237.000	92.396.000	0	-43.334.000	254.731.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	237.000	92.396.000	0	-43.334.000	254.731.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.000	0	3.000	-3.000	16.000
5.04.08	Mudança de participação em controladas	0	16.000	0	0	0	16.000
5.04.09	Realização do custo atribuído	0	0	0	3.000	-3.000	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.246.000	9.165.000	7.919.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.246.000	0	-1.246.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.165.000	9.165.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	205.432.000	253.000	92.396.000	-1.243.000	-34.172.000	262.666.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	-430.000	127.222.000	0	-23.376.000	308.848.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	-430.000	127.222.000	0	-23.376.000	308.848.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	3.000	-3.000	0
5.04.09	Realização do custo atribuído	0	0	0	3.000	-3.000	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.330.000	-10.420.000	-5.090.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.330.000	0	5.330.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.420.000	-10.420.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	205.432.000	-430.000	127.222.000	5.333.000	-33.799.000	303.758.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	86.058.000	94.643.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	74.091.000	77.096.000
7.01.02	Outras Receitas	1.912.000	2.619.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	10.070.000	13.862.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15.000	1.066.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-32.278.000	-41.697.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.230.000	-18.337.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.220.000	-18.343.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-340.000	-1.000
7.02.04	Outros	-4.488.000	-5.016.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-4.488.000	-5.016.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	53.780.000	52.946.000
7.04	Retenções	-9.539.000	-6.395.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.539.000	-6.395.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	44.241.000	46.551.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.056.000	5.219.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.001.000	3.375.000
7.06.02	Receitas Financeiras	-167.000	1.628.000
7.06.03	Outros	222.000	216.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	45.297.000	51.770.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	45.297.000	51.770.000
7.08.01	Pessoal	6.202.000	6.292.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.556.000	3.906.000
7.08.01.02	Benefícios	2.329.000	2.082.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	317.000	304.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.500.000	20.517.000
7.08.02.01	Federais	9.135.000	12.491.000
7.08.02.02	Estaduais	8.257.000	7.918.000
7.08.02.03	Municipais	108.000	108.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	22.841.000	19.631.000
7.08.03.01	Juros	7.733.000	8.207.000
7.08.03.02	Aluguéis	15.108.000	11.424.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.246.000	5.330.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.246.000	5.330.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	859.160.000	900.135.000
1.01	Ativo Circulante	146.243.000	169.581.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.778.000	97.845.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.729.000	3.047.000
1.01.03	Contas a Receber	18.865.000	22.659.000
1.01.04	Estoques	29.098.000	29.057.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.612.000	10.732.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.612.000	10.732.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social correntes	3.800.000	3.839.000
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	6.812.000	6.893.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.161.000	6.241.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	31.000	595.000
1.01.08.03	Outros	7.130.000	5.646.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	569.000	421.000
1.01.08.03.02	Outros	6.561.000	5.225.000
1.02	Ativo Não Circulante	712.917.000	730.554.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	67.617.000	74.879.000
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	21.000	21.000
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	327.000	321.000
1.02.01.03	Contas a Receber	13.841.000	14.327.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.126.000	34.507.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.206.000	23.490.000
1.02.01.06.02	Impostos e Contribuições	10.920.000	11.017.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	26.302.000	25.703.000
1.02.01.09.03	Adiantamento a Fornecedores	6.142.000	6.395.000
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	10.142.000	9.758.000
1.02.01.09.05	Outros Realizáveis a Longo Prazo	10.018.000	9.550.000
1.02.02	Investimentos	14.216.000	13.772.000
1.02.03	Imobilizado	619.224.000	629.831.000
1.02.04	Intangível	11.860.000	12.072.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	859.160.000	900.135.000
2.01	Passivo Circulante	107.458.000	111.572.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.871.000	5.085.000
2.01.02	Fornecedores	20.755.000	24.913.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.125.000	410.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.125.000	410.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.125.000	410.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	62.126.000	57.382.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	62.076.000	57.334.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	50.000	48.000
2.01.05	Outras Obrigações	15.864.000	20.738.000
2.01.05.02	Outros	15.864.000	20.738.000
2.01.05.02.04	Outros Impostos e contribuições	9.678.000	13.139.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	6.186.000	7.599.000
2.01.06	Provisões	2.717.000	2.556.000
2.01.06.02	Outras Provisões	2.717.000	2.556.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	2.717.000	2.556.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	488.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	0	488.000
2.02	Passivo Não Circulante	485.319.000	530.633.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	387.889.000	435.467.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	387.740.000	435.313.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	149.000	154.000
2.02.03	Tributos Diferidos	812.000	906.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	812.000	906.000
2.02.04	Provisões	96.618.000	94.260.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.798.000	8.776.000
2.02.04.02	Outras Provisões	86.820.000	85.484.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	48.994.000	47.618.000
2.02.04.02.05	Provisão para Desmantelamento de Áreas	35.604.000	35.728.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	2.222.000	2.138.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	266.383.000	257.930.000
2.03.01	Capital Social Realizado	205.432.000	205.432.000
2.03.02	Reservas de Capital	37.000	21.000
2.03.04	Reservas de Lucros	92.612.000	92.612.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.243.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-34.172.000	-43.334.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.717.000	3.199.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	70.337.000	74.353.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-49.329.000	-51.943.000
3.03	Resultado Bruto	21.008.000	22.410.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.472.000	-9.238.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.751.000	-1.724.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.652.000	-2.710.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.457.000	-4.977.000
3.04.05.01	Tributárias	-542.000	-753.000
3.04.05.02	Custo com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-503.000	-564.000
3.04.05.03	Custo Exploratório para Extração de Petróleo e Gás	-1.147.000	-983.000
3.04.05.05	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-4.265.000	-2.677.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	388.000	173.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.536.000	13.172.000
3.06	Resultado Financeiro	-8.693.000	-5.621.000
3.06.01	Receitas Financeiras	886.000	734.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	886.000	734.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.579.000	-6.355.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-6.146.000	-3.691.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-3.433.000	-2.664.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-157.000	7.551.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-224.000	-3.023.000
3.08.01	Corrente	-1.637.000	-979.000
3.08.02	Diferido	1.413.000	-2.044.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-381.000	4.528.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-381.000	4.528.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.246.000	5.330.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	865.000	-802.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,1	0,41
3.99.01.02	PN	-0,1	0,41
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,1	0,41
3.99.02.02	PN	-0,1	0,41

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-381.000	4.528.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	8.714.000	-9.932.000
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão	-8.477.000	9.383.000
4.02.07	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa Reconhecidos no PL	22.013.000	-28.301.000
4.02.08	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa transferidos para o resultado	2.900.000	824.000
4.02.09	IR e CSLL diferidos s/ Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa	-8.470.000	9.342.000
4.02.10	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas	748.000	-1.180.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	8.333.000	-5.404.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.919.000	-5.090.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	414.000	-314.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.307.000	16.427.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	23.877.000	22.492.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	-381.000	4.528.000
6.01.01.02	Despesa Atuarial com Plano de Pensão e Saúde	2.005.000	1.684.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	-388.000	-173.000
6.01.01.04	Depreciação, Depleção e Amortização	12.649.000	8.516.000
6.01.01.05	Perda na Recuperação de Ativos	294.000	3.000
6.01.01.06	Baixa de Poços Secos	579.000	576.000
6.01.01.07	Resultado com alienação, baixa de ativos e devolução de campos e projetos cancelados do E&P	102.000	-404.000
6.01.01.08	Variação Cambial Monetária e Enc. sobre Financiamentos	8.751.000	6.294.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contrib. Soc. Dif. Líquidos	-1.413.000	2.044.000
6.01.01.11	Perdas em créditos de liquidação duvidosa	503.000	-863.000
6.01.01.12	Ajuste ao valor de mercado dos estoques	1.176.000	287.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.570.000	-6.065.000
6.01.02.01	Contas a Receber	3.584.000	73.000
6.01.02.02	Estoques	-1.673.000	-1.024.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-383.000	-438.000
6.01.02.04	Outros Ativos	-788.000	-2.480.000
6.01.02.05	Fornecedores	-3.775.000	-2.275.000
6.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.220.000	944.000
6.01.02.07	Plano de Pensão e Saúde	-438.000	-415.000
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-271.000	-621.000
6.01.02.09	Outros Passivos	-606.000	171.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.518.000	-21.331.000
6.02.01	Aquisições de Imobilizados e Intangíveis	-14.673.000	-17.508.000
6.02.02	Adições em Investimentos	-268.000	-181.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos (Desinvestimentos)	11.000	516.000
6.02.04	Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários	397.000	-4.167.000
6.02.05	Dividendos Recebidos	15.000	9.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.359.000	-9.910.000
6.03.01	Participação de Acionistas não Controladores	146.000	396.000
6.03.02	Captações	7.215.000	3.735.000
6.03.03	Amortizações de Principal	-17.098.000	-8.441.000
6.03.04	Amortizações de Juros	-7.622.000	-5.600.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-5.497.000	5.025.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-20.067.000	-9.789.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	97.845.000	44.239.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	77.778.000	34.450.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	21.000	92.612.000	0	-43.334.000	254.731.000	3.199.000	257.930.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	21.000	92.612.000	0	-43.334.000	254.731.000	3.199.000	257.930.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.000	0	3.000	-3.000	16.000	104.000	120.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-5.000	-5.000
5.04.08	Mudança de participação em controladas	0	16.000	0	0	0	16.000	109.000	125.000
5.04.09	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	3.000	-3.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.246.000	9.165.000	7.919.000	414.000	8.333.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.246.000	0	-1.246.000	865.000	-381.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.165.000	9.165.000	-451.000	8.714.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	205.432.000	37.000	92.612.000	-1.243.000	-34.172.000	262.666.000	3.717.000	266.383.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	-646.000	127.438.000	0	-23.376.000	308.848.000	1.874.000	310.722.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	-646.000	127.438.000	0	-23.376.000	308.848.000	1.874.000	310.722.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	3.000	-3.000	0	394.000	394.000
5.04.08	Mudança de participação em controladas	0	0	0	0	0	0	394.000	394.000
5.04.09	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	3.000	-3.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.330.000	-10.420.000	-5.090.000	-314.000	-5.404.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.330.000	0	5.330.000	-802.000	4.528.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.420.000	-10.420.000	488.000	-9.932.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	205.432.000	-646.000	127.438.000	5.333.000	-33.799.000	303.758.000	1.954.000	305.712.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	105.598.000	114.592.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	89.895.000	93.065.000
7.01.02	Outras Receitas	2.495.000	3.471.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	13.711.000	17.193.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-503.000	863.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-42.179.000	-51.993.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-18.161.000	-24.987.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.620.000	-22.621.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-294.000	-3.000
7.02.04	Outros	-6.104.000	-4.382.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-4.928.000	-4.095.000
7.02.04.02	Ajuste Ao Valor De Mercado Dos Estoques	-1.176.000	-287.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	63.419.000	62.599.000
7.04	Retenções	-12.649.000	-8.516.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.649.000	-8.516.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	50.770.000	54.083.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.353.000	988.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	388.000	173.000
7.06.02	Receitas Financeiras	886.000	734.000
7.06.03	Outros	79.000	81.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	52.123.000	55.071.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	52.123.000	55.071.000
7.08.01	Pessoal	7.609.000	7.754.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.653.000	5.082.000
7.08.01.02	Benefícios	2.599.000	2.329.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	357.000	343.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.342.000	28.974.000
7.08.02.01	Federais	12.223.000	16.318.000
7.08.02.02	Estaduais	12.912.000	12.476.000
7.08.02.03	Municipais	207.000	180.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.553.000	13.815.000
7.08.03.01	Juros	11.055.000	7.803.000
7.08.03.02	Aluguéis	8.498.000	6.012.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-381.000	4.528.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.246.000	5.330.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	865.000	-802.000

Comentário do Desempenho

RESULTADOS CONSOLIDADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2016

Informações contábeis intermediárias consolidadas revisadas pelos auditores independentes de acordo com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS).

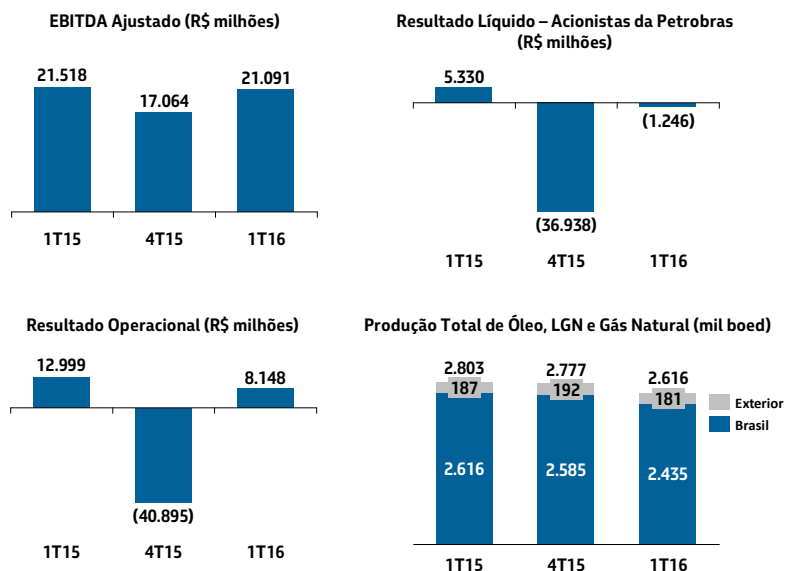
Rio de Janeiro, 12 de maio de 2016

Principais destaques do resultado (1T-2016 x 1T-2015):

- Prejuízo de R\$ 1.246 milhões, determinado por:
 - maiores despesas de juros e variações monetárias e cambiais negativas, que atingiram R\$ 9.579 milhões;
 - redução de 7% da produção de petróleo e gás natural (Brasil e exterior);
 - queda de 8% na venda de derivados no mercado doméstico;
 - aumento dos custos com depreciação; e
 - maiores gastos com ociosidade de equipamentos, principalmente de sondas.
- EBITDA ajustado de R\$ 21.091 milhões no 1T-2016, ante um resultado de R\$ 21.518 milhões no 1T-2015. A margem EBITDA foi de 30% no 1T-2016.
- Fluxo de caixa livre positivo no montante de R\$ 2.381 milhões no 1T-2016 (negativo em R\$ 1.253 milhões no 1T-2015), em função das maiores margens de diesel e gasolina no mercado interno, menores gastos com participações governamentais e importações, bem como redução dos investimentos.
- Decréscimo de 9% no endividamento bruto em reais (R\$ 42.834 milhões), de R\$ 492.849 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 450.015 milhões.
- Aumento de 3% no endividamento líquido em dólares quando comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2015 (para US\$ 103.821 milhões).
- O índice dívida líquida sobre LTM EBITDA ajustado recuou de 5,31 em 31 de dezembro de 2015 para 5,03 em 31 de março de 2016 e a alavancagem reduziu de 60% para 58%.

Principais destaques operacionais (1T-2016 x 1T-2015):

- A produção total de petróleo e gás natural da Petrobras atingiu 2.616 mil barris de óleo equivalente por dia (boed), uma redução de 7%.
- A produção de derivados no Brasil ficou estável, totalizando 1.958 mil barris por dia (bpd), enquanto as vendas no mercado doméstico atingiram 2.056 mil bpd.
- Aumento de 14% das exportações de petróleo e derivados (56 mil bpd) e recuo de 37% do preço médio do *Brent* (para US\$ 33,89/bbl).
- Redução de 21% no custo de extração sem participações governamentais no Brasil (para US\$ 10,49/bbl).



www.petrobras.com.br/ri

Para mais informações:

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. – PETROBRAS | Relacionamento com Investidores

e-mail: petroinvest@petrobras.com.br / acionistas@petrobras.com.br

Av. República do Chile, 65 - 1002 B - 20031-912 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: 55 (21) 3224-1510 / 9947 | 0800-282-1540



BCBA
Bolsa de Comercio de Buenos Aires



Este documento pode conter previsões segundo o significado da Seção 27A da Lei de Valores Mobiliários de 1933, conforme alterada (Lei de Valores Mobiliários), e Seção 21E da lei de Negociação de Valores Mobiliários de 1934, conforme alterada (Lei de Negociação) que refletem apenas expectativas dos administradores da Companhia. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê",

"pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos ou incertezas previstos ou não pela Companhia. Portanto, os resultados futuros das operações da Companhia podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Principais itens e indicadores econômicos consolidados

R\$ milhões					
1º Trimestre			Resultados, valor de mercado e investimentos	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
70.337	74.353	(5)	Receita de vendas	85.103	(17)
21.008	22.410	(6)	Lucro bruto	26.849	(22)
8.148	12.999	(37)	Lucro (Prejuízo) operacional	(40.895)	120
(8.693)	(5.621)	(55)	Resultado financeiro líquido	(4.928)	(76)
(1.246)	5.330	(123)	Lucro líquido (Prejuízo) - Acionistas Petrobras	(36.938)	97
(0,10)	0,41	(123)	Lucro líquido (Prejuízo) por ação ¹	(2,83)	97
125.890	125.807	-	Valor de mercado (Controladora)	101.316	24
21.091	21.518	(2)	EBITDA ajustado ²	17.064	24
30	30	-	Margem bruta (%)	32	(2)
12	17	(5)	Margem operacional (%) ³	(48)	60
(2)	7	(9)	Margem líquida (%)	(43)	41
15.593	17.843	(13)	Investimento total	20.826	(25)
13.770	14.846	(7)	. E&P	17.330	(21)
952	1.926	(51)	. Abastecimento	2.138	(55)
292	655	(55)	. Gás e Energia	617	(53)
99	188	(47)	. Distribuição	285	(65)
271	5	5320	. Biocombustível	94	188
209	223	(6)	. Corporativo	362	(42)

R\$ milhões					
1º Trimestre			Resultado operacional por área de negócio	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
11.495	9.273	24	. Abastecimento	3.236	255
(773)	5.154	(115)	. E&P	(36.089)	98
1.094	1.613	(32)	. Gás e Energia	(1.995)	155
(47)	912	(105)	. Distribuição	(2.257)	98
(138)	(45)	(207)	. Biocombustível	(249)	45
(3.992)	(3.935)	(1)	. Corporativo	(6.028)	34

R\$ milhões					
1º Trimestre			Indicadores	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
231,68	221,25	5	Preço derivados básicos - Mercado interno (R\$/bbl)	239,36	(3)
132,00	155,12	(15)	Brent (R\$/bbl)	167,86	(21)
33,89	53,97	(37)	Brent (US\$/bbl)	43,69	(22)
Preço de venda - Brasil					
28,88	43,40	(33)	. Petróleo (US\$/bbl) ⁴	33,50	(14)
30,22	40,76	(26)	. Gás natural (US\$/bbl)	32,47	(7)
3,90	2,87	36	Dólar médio de venda (R\$)	3,84	2
3,56	3,21	11	Dólar final de venda (R\$)	3,90	(9)
(8,9)	20,8	(30)	Variação - Dólar final de venda (%)	(1,7)	(7)
14,15	12,19	2	Selic - Taxa média (%)	14,15	-
2.067	2.249	(8)	Produção total de Petróleo e LGN (mil barris/dia)	2.214	(7)
549	554	(1)	Produção total de Gás natural (mil barris/dia)	563	(2)
2.616	2.803	(7)	Produção total de Petróleo e Gás natural (mil barris/dia)	2.777	(6)
3.439	3.708	(7)	Volume total de vendas (mil barris/dia)	3.872	(11)
Preço de venda - Internacional					
41,59	58,40	(29)	. Petróleo (US\$/bbl)	49,28	(16)
23,27	22,40	4	. Gás natural (US\$/bbl)	19,80	18

¹ Lucro líquido por ação calculado com base na média ponderada da quantidade de ações.

² Somatório do EBITDA, participações em investimentos, *impairment* e baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente.

³ Margem operacional calculada com base no lucro (prejuízo) operacional, excluindo do cálculo a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente.

⁴ Média dos preços de exportação e preços internos de transferência da área de E&P para a área de Abastecimento.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Resultados do 1T-2016 x 1T-2015*:

Lucro Bruto

O lucro bruto caiu 6% em relação ao 1T-2015, atingindo R\$ 21.008 milhões. Houve redução na receita de vendas, em função da queda de 8% na demanda de derivados no mercado doméstico, parcialmente compensada pelas maiores margens de diesel e gasolina e pelo maior volume de exportações de petróleo e derivados (14%). Também contribuíram para a menor receita de vendas o decréscimo nos preços das exportações de petróleo e derivados, o menor volume vendido de gás natural, a redução da geração de energia - devido à menor demanda do setor termelétrico - além do recuo nos preços de energia elétrica.

Foram registrados menores custos com importações e participações governamentais no Brasil e aumento da participação de petróleo nacional na carga processada (apesar da queda de 8% na produção de petróleo e LGN no Brasil). Porém, houve aumento da depreciação devido à redução das estimativas de reservas (em decorrência, principalmente, da queda dos preços de petróleo), parcialmente compensada pelo menor saldo de ativos em função das perdas por *impairment* em 2015.

Lucro Operacional

O lucro operacional atingiu R\$ 8.148 milhões, uma redução de 37% em comparação com o 1T-2015. Esse resultado reflete a redução do lucro bruto, os maiores gastos com ociosidade de equipamentos (sondas) e o *impairment* nos campos de Bijupirá e Salema. Houve maior despesa com planos de pensão e saúde devido ao aumento da taxa de juros nominal aplicada sobre o maior saldo de obrigação atuarial líquida. Adicionalmente, o 1T-2015 foi beneficiado pela reversão de perdas com recebíveis do setor elétrico.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 8.693 milhões, registrando uma despesa líquida adicional de R\$ 3.072 milhões em relação ao 1T-2015. Contribuíram para este resultado o maior efeito de variação cambial (informações adicionais no Apêndice 5), a maior reclassificação do *hedge accounting* para o resultado e o acréscimo nas despesas com juros, refletindo o maior endividamento e o efeito da depreciação do real frente ao dólar.

Resultado Líquido

A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 1.246 milhões no 1T-2016, em função, principalmente, das maiores despesas com juros e variação cambial negativa, redução da produção de petróleo e gás natural, queda das vendas de derivados no mercado doméstico, aumento dos custos com depreciação e maiores gastos com ociosidade de equipamentos.

EBITDA Ajustado e Fluxo de Caixa Livre

O EBITDA ajustado recuou 2% em relação ao 1T-2015, somando R\$ 21.091 milhões. A margem EBITDA foi de 30% no 1T-2016. Pelo quarto trimestre consecutivo, a Companhia apresentou fluxo de caixa livre positivo, totalizando R\$ 2.381 milhões, em função das maiores margens de diesel e gasolina no mercado interno, menores gastos com participações governamentais no Brasil e importações, bem como redução dos investimentos. Esse resultado representa um importante esforço para o objetivo de desalavancagem da Companhia.

* Informações adicionais sobre o resultado das operações do 1T-2016 x 1T-2015, vide Apêndice 8.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Resultados do 1T-2016 x 4T-2015*:

Lucro Bruto

O lucro bruto caiu 22% em relação ao 4T-2015, atingindo R\$ 21.008 milhões. Houve redução na receita de vendas em função do decréscimo de 5% na venda de derivados no mercado doméstico. Também contribuíram para essa queda a menor receita de gás natural - devido à menor demanda do setor termelétrico - e a redução na receita de exportações de petróleo e derivados, assim como o decréscimo nos preços da nafta, QAV e óleo combustível e a diminuição da geração e do preço de energia, decorrente da melhora nas condições hidrológicas.

Foram registrados menores custos com importações e participações governamentais no Brasil e menores gastos com insumos para produção de petróleo e derivados no exterior, além do aumento da depreciação devido à redução das estimativas de reservas (em decorrência, principalmente, da redução nos preços de petróleo), parcialmente compensado pelo menor saldo de ativos em função das perdas por *impairment* em 2015.

Lucro Operacional

O lucro operacional atingiu R\$ 8.148 milhões, ante um prejuízo de R\$ 40.895 milhões no 4T-2015, devido ao *impairment* de ativos registrados naquele trimestre. Adicionalmente, contribuíram para o lucro operacional as menores despesas de vendas, tributárias e com contingências judiciais, além do recuo nas despesas com baixa de ativos, devolução de campos à ANP e abandono de áreas ocorridos no 4T-2015. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos maiores gastos com ociosidade de equipamentos (sondas).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 8.693 milhões (76% acima ao registrado no 4T-2015), em função do maior efeito de variação cambial (informações adicionais no Apêndice 5) e da menor receita financeira.

Resultado Líquido

A redução do prejuízo em relação ao 4T-2015 é explicada pelas menores perdas com *impairment* de ativos.

EBITDA Ajustado e Fluxo de Caixa Livre

O EBITDA ajustado da Companhia subiu 24% em comparação ao do 4T-2015, enquanto o fluxo de caixa livre foi 67% inferior.

* Informações adicionais sobre o resultado das operações do 1T-2016 x 4T-2015, vide Apêndice 9.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DE RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

RESULTADO POR ÁREA DE NEGÓCIO

A Petrobras é uma Companhia que opera de forma integrada, sendo a maior parte da produção de petróleo e gás natural transferida da área de Exploração e Produção para outras áreas de negócio da Companhia. Na apuração dos resultados por área de negócio são consideradas as transações realizadas com terceiros e entre empresas do Sistema Petrobras, além das transferências entre áreas de negócio valoradas por preços internos definidos através de metodologias fundamentadas em parâmetros de mercado.

Em 28 de abril de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou os ajustes estatutários de acordo com a nova estrutura organizacional da companhia e seu novo modelo de gestão e governança, com o objetivo de alinhar a organização à nova realidade do setor de óleo e gás e priorizar a rentabilidade e disciplina de capital. O novo modelo de gestão não prevê a descontinuidade de negócios da Companhia, porém envolve unificação de atividades.

Considerando as adequações ao novo modelo de gestão, a estrutura de informações segmentadas poderá ser reavaliada, caso entenda-se necessária, a fim de fornecer aos gestores informações suficientes para avaliação do desempenho dos negócios, bem como, para a tomada de decisão sobre a alocação de recursos e /ou investimentos.

EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

1º Trimestre			R\$ milhões		
2016	2015	2016 x 2015 (%)	Resultado líquido		
(605)	3.413	(118)			
				4T-2015	
				1T16 X 4T15 (%)	
				(24.567)	98

(1T-2016 x 1T-2015): O prejuízo foi ocasionado pelo declínio das cotações internacionais da *commodity* (37%) e pelo menor volume de produção de petróleo e LGN (8%) no Brasil e no exterior. Adicionalmente, influenciaram o resultado o aumento dos custos com depreciação e dos gastos com ociosidade de sondas, compensados em parte por menores gastos com participações governamentais no Brasil.

(1T-2016 x 4T-2015): A redução do prejuízo decorreu de menores despesas operacionais, principalmente *impairment* nos campos de produção no país e no exterior reconhecido no 4T-2015, parcialmente compensadas pelo recuo na receita de petróleo ocasionada pelo declínio das cotações internacionais da *commodity* (22%) e pelo menor volume de produção de petróleo e LGN (7%) no Brasil e no exterior.

1º Trimestre			Produção no Brasil (mil barris/dia) (*)		
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
1.980	2.149	(8)	Petróleo e LGN ⁵	2.117	(6)
455	467	(3)	Gás natural ⁶	468	(3)
2.435	2.616	(7)	Total	2.585	(6)

(1T-2016 x 1T-2015): A produção de petróleo e LGN reduziu 8% devido à realização de paradas para manutenção nas unidades P-35 (Marlim), FPSO Cidade de Vitória (Golfinho), FPSO Capixaba (Cachalote / Baleia Franca) e P-53 (Marlim Leste), atenuada pela entrada/*ramp-up* de novos sistemas, com destaque para FPSO Itaguaí (Iracema Norte), P-58 (Parque das Baleias) e FPSO Mangaratiba (Iracema Sul).

A produção de gás natural reduziu 3% devido às paradas programadas mencionadas anteriormente.

(1T-2016 x 4T-2015): A produção de petróleo e LGN reduziu 6% devido à realização de paradas para manutenção nas unidades P-58 (Parque das Baleias), P-35 (Marlim), FPSO Cidade de Vitória (Golfinho), FPSO Capixaba (Cachalote / Baleia Franca) e P-53 (Marlim Leste). Esses fatores foram atenuados pela entrada/*ramp-up* dos novos sistemas, com destaque para FPSO Maricã (Lula Alto) e FPSO Cidade de São Paulo (Sapinhoá).

A produção de gás natural reduziu 3% devido às paradas programadas mencionadas anteriormente.

(*) Não revisado pelo auditor independente.

⁵ LGN – Líquido de gás natural.

⁶ Exclui gás liquefeito e inclui gás reinjetado.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

1º Trimestre			Produção no exterior (mil barris/dia) ^(*)	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
62	69	(10)	Produção no exterior consolidada	68	(9)
94	87	8	Petróleo e LGN	95	(1)
156	156	-	Gás natural	163	(4)
25	31	(19)	Total	29	(14)
181	187	(3)	Produção no exterior não consolidada	192	(6)
			Produção total no exterior		

(1T-2016 x 1T-2015): A produção de petróleo e LGN reduziu 10% em função, principalmente, da venda dos campos da Bacia Austral e da devolução de campo à província de La Pampa, ambos na Argentina em 2015. A produção não consolidada de petróleo e LGN reduziu 19% em função, principalmente, da parada programada no campo de Akpo, na Nigéria.

Houve crescimento de 8% na produção de gás devido à entrada em produção do campo de Hadrian South, nos EUA.

(1T-2016 x 4T-2015): A produção de petróleo e LGN consolidada reduziu 9% em função, principalmente, da parada programada na plataforma de Lucius, nos Estados Unidos. A produção não consolidada reduziu 14% em função, principalmente, da parada programada no campo de Akpo, na Nigéria.

1º Trimestre			Lifting cost ⁷ no Brasil ^(*)	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
			US\$/barril:		
10,49	13,27	(21)	·· sem participação governamental	10,58	(1)
13,43	20,05	(33)	·· com participação governamental	15,23	(12)
			R\$/barril:		
39,80	38,13	4	·· sem participação governamental	39,78	-
50,89	58,73	(13)	·· com participação governamental	57,10	(11)

Lifting Cost sem participações governamentais – US\$/barril

(1T-2016 x 1T-2015): Menores gastos com intervenções em poços na Bacia de Campos e aumento da participação da produção do pré-sal com custo unitário menor.

(1T-2016 x 4T-2015): Indicador manteve-se estável.

Lifting Cost com participações governamentais – US\$/barril

(1T-2016 x 1T-2015): Menores gastos com *royalties* e participação especial, em consequência da queda no preço do petróleo.

(1T-2016 x 4T-2015): Menores gastos com *royalties* e participação especial, em consequência da queda no preço do petróleo.

1º Trimestre			Lifting Cost no exterior (US\$/barril) ^(*)	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
5,62	8,86	(37)		8,90	(37)

(1T-2016 x 1T-2015): Venda dos campos da Bacia Austral, na Argentina, com custos operacionais mais elevados, e entrada em operação do campo de Hadrian South, nos EUA, com custos operacionais relativamente mais baixos.

(1T-2016 x 4T-2015): Menores custos de apoio marítimo nos EUA e desvalorização da moeda argentina.

^(*) Não revisado pelo auditor independente.

⁷ Indicador de custo de extração de petróleo e gás natural.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

ABASTECIMENTO

R\$ milhões					
1º Trimestre			Resultado líquido	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
7.976	6.183	29		2.317	244

(1T-2016 x 1T-2015): O maior lucro líquido decorreu dos menores custos com aquisição/transfêrencia de petróleo devido à redução das cotações internacionais da *commodity*, menor participação de óleo importado na carga processada, menor participação de derivados importados no *mix* das vendas e maiores margens de diesel e gasolina.

A redução da demanda por derivados no mercado interno, em função do menor nível de atividade econômica, compensou em parte esses fatores.

(1T-2016 x 4T-2015): O lucro líquido foi maior, principalmente, devido ao *impairment* de ativos reconhecido no 4T-2015, à menor participação de óleo importado na carga processada e à redução dos custos com aquisição/transfêrencia de petróleo, compensados, em parte, pela redução da demanda por derivados no mercado interno.

1º Trimestre			Indicadores Operacionais de Refino no Brasil (mil barris/dia) (*)	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
1.958	1.964	-	Produção de derivados	1.955	-
2.176	2.176	-	Carga de referência ⁸	2.176	-
84	86	(2)	Fator de utilização do parque de refino (%) ⁹	85	(1)
1.836	1.879	(2)	Carga fresca processada - país ¹⁰	1.857	(1)
1.870	1.922	(3)	Carga processada - país ¹¹	1.897	(1)
89	86	3	Participação do óleo nacional na carga processada (%)	88	1

(1T-2016 x 1T-2015): A produção de derivados manteve-se estável, apesar da retração do mercado, reduzindo a participação de importados no *mix* de vendas. Isso foi decorrente do aumento da participação de diesel no total produzido, principalmente pela melhoria da eficiência operacional na RNEST.

(1T-2016 x 4T-2015): A carga processada diária reduziu 1%, devido, principalmente, à parada programada na REPLAN. Esta redução foi parcialmente compensada pela retomada da operação da RPBC, que passou por parada programada, no 4T-2015.

1º Trimestre			Indicadores Operacionais de Refino no exterior (mil barris/dia) (*)	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
140	127	10	Carga total processada	146	(4)
144	155	(7)	Produção de derivados	152	(5)
230	230	-	Carga de referência	230	-
57	54	3	Fator de utilização do parque do refino (%)	61	(4)

(1T-2016 x 1T-2015): A carga processada aumentou 10% devido ao retorno à operação, após parada programada, da refinaria de Pasadena em março de 2015, parcialmente compensada pela interrupção do processamento da refinaria de Okinawa, em abril de 2015.

(1T-2016 x 4T-2015): A carga processada reduziu 4% devido à sazonalidade do mercado atendido pela refinaria de Pasadena.

(*) Não revisado pelo auditor independente.

⁸ Carga de referência ou capacidade instalada de processamento primário – carga máxima sustentável de petróleo alcançada nas unidades de destilação, no final do período, respeitando os limites de projeto dos equipamentos e os requisitos de segurança, meio ambiente e qualidade dos produtos. É menor que a capacidade autorizada pela ANP (inclusive autorizações temporárias) e órgãos ambientais.

⁹ Fator de utilização do parque de refino (%) – relação entre a carga fresca processada e a carga de referência.

¹⁰ Carga fresca processada – volume de petróleo processado no país utilizado para o cálculo do fator de utilização do parque de refino.

¹¹ Carga processada – volumes de petróleo e LGN processados no país.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

1º Trimestre			Importações e exportações de petróleo e derivados (mil barris/dia) (*)	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
199	277	(28)	Importação de petróleo	215	(7)
287	345	(17)	Importação de derivados	150	91
486	622	(22)	Importação de petróleo e derivados	365	33
307	281	9	Exportação de petróleo ¹²	387	(21)
146	116	26	Exportação de derivados	145	1
453	397	14	Exportação de petróleo e derivados	532	(15)
(33)	(225)	85	Exportação (import.) líquida de petróleo e derivados	167	(120)

(1T-2016 x 1T-2015): Menor importação de petróleo devido à redução na carga processada e ao aumento da participação do petróleo nacional no *mix*.

Redução da demanda interna de derivados refletindo em menores importações e aumento das exportações.

(1T-2016 x 4T-2015): Redução na carga processada e aumento da participação do petróleo nacional no *mix* implicando em menor importação de petróleo.

Maiores importações de derivados em função da adequação dos níveis de estoques realizada no 4T-2015.

Menores exportações de petróleo devido à menor produção e à ocorrência de embarques em andamento ao final do 1T-2016.

1º Trimestre			Custo de refino no Brasil (*)	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
2,27	2,84	(20)	Custo de refino (US\$/barril)	2,26	-
8,73	8,16	7	Custo de refino (R\$/barril)	8,63	1

(1T-2016 x 1T-2015): Aumento de 7% em reais devido, principalmente, aos maiores gastos com pessoal, pelo reajuste salarial concedido pelo Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, e pela redução da carga processada, que eleva o custo unitário.

(1T-2016 x 4T-2015): Aumento de 1% em reais devido, principalmente, à redução da carga processada, em função de parada programada, elevando o custo unitário.

1º Trimestre			Custo de refino no exterior (US\$/barril) (*)	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
4,01	3,90	3		4,09	(2)

(1T-2016 x 1T-2015): Aumento de 3% devido a maiores gastos de operação e manutenção na Refinaria de Pasadena, parcialmente compensados pelo efeito da desvalorização da moeda argentina, impactando a Refinaria Bahia Blanca.

(1T-2016 x 4T-2015): Redução de 2% devido à desvalorização da moeda argentina, impactando a Refinaria Bahia Blanca, parcialmente compensada por maiores gastos com reposição de materiais e produtos químicos na Refinaria de Pasadena.

(*) Não revisado pelo auditor independente.

¹² Volumes de exportação de petróleo oriundos das áreas de negócio de Abastecimento e de Exploração e Produção.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

GÁS & ENERGIA

1º Trimestre			R\$ milhões	
2016	2015	2016 x 2015 (%)	Resultado líquido	
757	1.087	(30)		
				4T-2015
				1T16 X 4T15 (%)
				(1.482)
				151

(1T-2016 x 1T-2015): O lucro líquido foi inferior pelo fato do 1T-2015 ter sido beneficiado pela reversão de provisão para perdas com recebíveis do setor elétrico (R\$ 1.295 milhões). Esse efeito foi parcialmente compensado pela redução nos custos de aquisição de gás importado (GNL e boliviano) e maior margem de comercialização do gás natural, em função de acréscimo do preço médio de realização no 1T-2016, bem como por perdas referentes a contingência tributária de ICMS sobre aquisição de gás natural (R\$ 516 milhões) ainda no 1T-2015.

(1T-2016 x 4T-2015): O lucro líquido refletiu a redução no volume de vendas para o mercado térmico no país, a menor margem de comercialização do gás natural e um recuo na geração de energia elétrica no 1T-2016. O prejuízo do 4T-2015 decorreu do *impairment* de ativos e perdas com recebíveis do setor elétrico.

1º Trimestre			Indicadores físicos e financeiros (*)	
2016	2015	2016 x 2015 (%)		
863	911	(5)	Vendas de energia elétrica (ACL) ¹³ - MW médio	4T-2015
3.172	3.263	(3)	Vendas de energia elétrica (ACR) ¹⁴ - MW médio	1T16 X 4T15 (%)
2.832	5.110	(45)	Geração de energia elétrica - MW médio	800
69	387	(82)	Preço de liquidação das diferenças (PLD)-R\$/MWh ¹⁵	3.058
74	113	(35)	Importação de GNL (mil barris/dia)	4.099
194	208	(7)	Importação de Gás Natural (mil barris/dia)	192
				82
				193
				8
				4
				(31)
				(64)
				(10)
				1

(1T-2016 x 1T-2015): A redução de 5% no volume de vendas de energia no ambiente de contratação livre (ACL) ocorreu devido ao término de contratos.

O recuo de 3% nas vendas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) decorreu do término de Leilão de Energia (205 MW médio).

O menor volume gerado de energia (45%) e o decréscimo do PLD (82%) refletem a melhoria nas condições hidrológicas, destacadamente no Sudeste.

A redução de 35% na importação de GNL e de 7% na importação de gás natural boliviano foi devido à menor demanda termelétrica no período.

(1T-2016x 4T-2015): O aumento de 8% no volume de vendas de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) decorreu da sazonalidade nos contratos de venda.

O acréscimo de 4% nas vendas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) decorreu da entrada de novo Leilão de Energia (114 MW médio).

A redução no volume gerado de energia de 31% e no PLD de 64% foi reflexo da melhoria nas condições hidrológicas e da decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE de não despachar usinas com custo variável unitário superior a R\$ 250/MWh em março.

O recuo de 10% na importação de gás natural liquefeito foi devido à menor demanda termelétrica no período.

A importação de gás natural boliviano ficou estável em relação ao 4T-2015.

(*) Não revisado pelo auditor independente.

¹³ ACL - Ambiente de Contratação Livre.

¹⁴ ACR - Ambiente de Contratação Regulada.

¹⁵ PLD - Preços semanais ponderados por patamar de carga livre (leve, médio e pesado), número de horas e capacidade do submercado.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

DISTRIBUIÇÃO

R\$ milhões					
1º Trimestre			Resultado líquido	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
(25)	609	(104)		(1.393)	98

(1T-2016 x 1T-2015): O prejuízo refletiu a redução do volume de vendas no Brasil em função do menor nível de atividade econômica, bem como as maiores perdas com recebíveis do setor elétrico e com contingências fiscais, compensados, em parte, pelo resultado positivo no exterior.

(1T-2016x 4T-2015): A redução do prejuízo refletiu as menores perdas com recebíveis do setor elétrico, o recuo das despesas tributárias e das contingências fiscais e o resultado positivo no exterior, além do fato do 4T-2015 ter sido onerado pelo *impairment* de ativos.

Esses fatores foram compensados parcialmente pela redução do volume de vendas no Brasil.

R\$ milhões					
1º Trimestre			Market Share - Brasil ^{(*) 16}	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
32,6%	36,4%	(4)		33,5%	(1)

(1T-2016 x 1T-2015): A redução do *market share* é explicada principalmente pelo decréscimo de 59% nas vendas de diesel e óleo combustível para o setor de térmicas, combinado com a menor representatividade do mercado de óleo combustível (onde a BR é majoritária) no mercado total. Adicionalmente, parte da queda de *market share* é reflexo do reposicionamento das margens, privilegiando a rentabilidade das vendas.

(1T-2016 x 4T-2015): Perda de *market share* devido, principalmente, à redução de 37% nas vendas de óleo combustível para as térmicas, em função do menor despacho térmico. Adicionalmente, parte da queda de *market share* é reflexo do reposicionamento das margens, privilegiando a rentabilidade das vendas.

BIOCOMBUSTÍVEL

R\$ milhões					
1º Trimestre			Resultado líquido	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
(48)	(49)	2		(503)	90

(1T-2016 x 1T-2015): O prejuízo decorreu do registro de perda com investimentos no setor de etanol, aliado aos maiores custos de matéria prima e metanol, impactado pelo câmbio.

(1T-2016 x 4T-2015): A redução no prejuízo deve-se ao fato do 4T-2015 ter sido onerado pelo reconhecimento de perdas com investimentos no setor de etanol e biodiesel, devido à piora nas condições de mercado, bem como o *impairment* das usinas de biodiesel.

(*) Não revisado pelo auditor independente.

¹⁶ A partir de 2015, o cálculo do *market share* foi revisado para não mais contemplar as vendas entre distribuidoras. Adicionalmente, passamos a atualizar o indicador em aderência à revisão dos valores históricos efetuados pela ANP e Sindicom. Os trimestres anteriores foram recalculados pelo novo critério, para fins de comparação.

Comentário do Desempenho**ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS****Volume de vendas – mil barris/dia (*)**

1º Trimestre				4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
798	907	(12)	Diesel	907	(12)
564	573	(2)	Gasolina	562	-
80	119	(33)	Óleo combustível	97	(18)
111	124	(10)	Nafta	102	9
218	223	(2)	GLP ¹⁷	226	(4)
107	113	(5)	QAV ¹⁸	108	(1)
178	171	4	Outros	169	5
2.056	2.230	(8)	Total de derivados	2.171	(5)
111	115	(3)	Alcoóis, nitrogenados renováveis e outros	126	(12)
360	448	(20)	Gás natural	416	(13)
2.527	2.793	(10)	Total mercado interno	2.713	(7)
455	397	15	Exportação de petróleo, derivados e outros	534	(15)
457	518	(12)	Vendas internacionais	625	(27)
912	915	-	Total mercado externo	1.159	(21)
3.439	3.708	(7)	Total geral	3.872	(11)

(1T-2016 x 1T-2015): O volume de vendas no mercado interno foi 10% inferior, destacando-se os seguintes produtos:

- Diesel (redução de 12%):
 - menor nível de atividade econômica;
 - aumento das vendas por terceiros; e
 - menor geração pelas termelétricas a diesel do SIN (Sistema Interligado Nacional).
 Esses fatores suplantaram o crescimento da frota de veículos leves a diesel (van, pick up e SUV).
- Óleo combustível (redução de 33%): menores entregas para demanda térmica em vários estados;
- Nafta (redução de 10%): menor demanda do setor petroquímico, principalmente Braskem; e
- Gás natural (redução de 20%): redução da demanda do setor termelétrico.

(1T-2016 x 4T-2015): O volume de vendas no mercado interno foi 7% inferior, destacando-se os seguintes produtos:

- Diesel (redução de 12%):
 - sazonalidade do consumo, tendo em vista a menor atividade econômica no início do ano;
 - aumento das vendas por terceiros; e
 - menor geração pelas termelétricas a diesel do SIN (Sistema Interligado Nacional).
- Óleo combustível (redução de 18%): menores entregas para demanda térmica em vários estados; e
- Gás natural (redução de 13%): menor demanda do setor termelétrico.

(*) Não revisado pelo auditor independente.

¹⁷ GLP – Gás liquefeito de petróleo.

¹⁸ QAV – Querosene de aviação.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

1º Trimestre			
2016	2015		4T-2015
100.887	68.946	Disponibilidades ajustadas no início do período ¹⁹	104.236
(3.042)	(24.707)	Títulos públicos federais e time deposits acima de 3 meses no início do período	(4.366)
97.845	44.239	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	99.870
17.307	16.427	Recursos gerados pelas atividades operacionais	25.274
(14.518)	(21.331)	Recursos utilizados em atividades de investimento	(14.574)
(14.926)	(17.680)	Investimentos em área de negócios	(17.971)
11	516	Recebimentos pela venda de ativos (desinvestimentos)	1.967
397	(4.167)	Investimentos em títulos e valores mobiliários	1.430
2.789	(4.904)	(=) Fluxo de caixa líquido	10.700
(17.505)	(10.306)	Financiamentos líquidos	(11.347)
7.215	3.735	Captações	6.109
(24.720)	(14.041)	Amortizações	(17.456)
-	-	Dividendos pagos a acionistas	-
146	396	Participação de acionistas não controladores	(72)
(5.497)	5.025	Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(1.306)
77.778	34.450	Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	97.845
2.743	33.732	Títulos públicos federais e time deposits acima de 3 meses no fim do período	3.042
80.521	68.182	Disponibilidades ajustadas no fim do período ¹⁹	100.887

Em 31 de março de 2016, o saldo de caixa e equivalentes de caixa era R\$ 77.778 milhões e as disponibilidades ajustadas¹⁹ totalizavam R\$ 80.521 milhões. As principais aplicações de recursos no 1T-2016 foram destinadas ao cumprimento do serviço da dívida no período e financiamento dos investimentos em áreas de negócio. Esses recursos foram parcialmente proporcionados por uma geração de caixa operacional de R\$ 17.307 milhões e captações de R\$ 7.215 milhões. O saldo de disponibilidades ajustadas foi impactado negativamente no 1T-2016 pelo efeito da variação do câmbio sobre as aplicações no exterior.

A geração operacional de caixa de R\$ 17.307 milhões foi principalmente motivada pelas maiores margens de diesel e gasolina, redução dos gastos com participações governamentais no Brasil e importações de petróleo e derivados, além da maior participação do petróleo nacional na carga processada. Estes efeitos foram compensados parcialmente por menores preços das exportações de petróleo e recuo no volume de vendas no Brasil em função da retração da atividade econômica.

Os investimentos nos negócios da Companhia foram de R\$ 14.926 milhões no 1T-2016, um recuo de 16% em relação ao ano anterior, sendo 88% dos investimentos na área de exploração e produção.

O fluxo de caixa livre²⁰ foi positivo pelo quarto trimestre consecutivo, totalizando R\$ 2.381 milhões no 1T-2016.

De janeiro a março de 2016 a Companhia realizou uma operação de *sale and leaseback* com o *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC) no valor de US\$ 1 bilhão, além de captações de curto prazo para amortização no período. Em 31 de março de 2016, o prazo médio de vencimento da dívida ficou em 7,04 anos (7,14 anos em 2015).

As amortizações de juros e principal somaram R\$ 24.720 milhões no 1T-2016 e o fluxo nominal (visão caixa) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	Consolidado							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	31.03.2016	31.12.2015
Principal	36.036	41.912	59.040	82.568	57.131	178.081	454.768	497.289
Juros	17.774	22.567	20.960	17.358	12.708	117.502	208.869	230.531
Total	53.810	64.479	80.000	99.926	69.839	295.583	663.637	727.820

¹⁹ A medida disponibilidades ajustadas inclui investimentos em títulos governamentais e aplicações financeiras no exterior em *time deposits* de instituições financeiras de primeira linha com vencimentos superiores a 3 meses a partir da data de aplicação, considerando a expectativa de realização desses investimentos no curto prazo. A medida disponibilidades ajustadas não está prevista nas normas internacionais de contabilidade, não devendo ser considerada isoladamente ou em substituição ao caixa e equivalentes de caixa apurados em IFRS. Além disso, a medida disponibilidades ajustadas não deve ser base de comparação com as disponibilidades ajustadas de outras empresas, contudo a Administração acredita que é uma informação suplementar que ajuda os investidores a avaliar a liquidez e auxilia a gestão da alavancagem.

²⁰ Fluxo de caixa livre corresponde aos recursos gerados pelas atividades operacionais subtraídos dos investimentos em áreas de negócio.

Comentário do Desempenho**ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS****Endividamento consolidado**

	R\$ milhões		
	31.03.2016	31.12.2015	Δ%
Endividamento curto prazo ²¹	62.126	57.382	8
Endividamento longo prazo ²²	387.889	435.467	(11)
Total	450.015	492.849	(9)
Disponibilidades	77.778	97.845	(21)
Títulos públicos federais e Time Deposits (vencimento superior a 3 meses)	2.743	3.042	(10)
Disponibilidades ajustadas	80.521	100.887	(20)
Endividamento líquido ²³	369.494	391.962	(6)
Endividamento líquido/(endividamento líquido+patrimônio líquido)	58%	60%	(2)
Passivo total líquido ²⁴	778.639	799.248	(3)
Estrutura de capital (capital de terceiros líquido / passivo total líquido)	66%	68%	(2)
Índice de Dívida Líquida/LTM EBITDA ajustado ²⁵	5,03	5,31	(5)

	U.S.\$ milhões		
	31.03.2016	31.12.2015	Δ%
Endividamento curto prazo ²¹	17.456	14.695	19
Endividamento longo prazo ²²	108.991	111.521	(2)
Total	126.447	126.216	-
Endividamento líquido ²³	103.821	100.379	3
Prazo médio da dívida (anos)	7,04	7,14	(0,10)

	R\$ milhões		
	31.03.2016	31.12.2015	Δ%
Informações sumarizadas sobre financiamentos:			
Por taxa			
Indexados a taxas flutuantes	231.186	243.293	(5)
Indexados a taxas fixas	218.630	249.354	(12)
Total	449.816	492.647	(9)
Por moeda			
Reais	81.086	80.269	1
Dólar	325.436	365.354	(11)
Euro	31.616	33.909	(7)
Outras moedas	11.678	13.115	(11)
Total	449.816	492.647	(9)
Por vencimento			
2016	46.877	57.333	(18)
2017	47.882	44.505	8
2018	53.436	62.827	(15)
2019	76.781	88.231	(13)
2020	55.956	60.670	(8)
2021 em diante	168.884	179.081	(6)
Total	449.816	492.647	(9)

O endividamento líquido do Sistema Petrobras em Reais reduziu 6% em relação a 31.12.2015, principalmente em decorrência da apreciação cambial de 8,9%.

²¹ Inclui Arrendamentos Mercantis Financeiros (R\$ 50 milhões em 31.03.2016 e R\$ 48 milhões em 31.12.2015).

²² Inclui Arrendamentos Mercantis Financeiros (R\$ 149 milhões em 31.03.2016 e R\$ 154 milhões em 31.12.2015).

²³ A medida endividamento líquido não está prevista nas normas internacionais de contabilidade – IFRS e não deve ser considerada isoladamente ou em substituição ao endividamento total de longo prazo, calculado de acordo com IFRS. O cálculo do endividamento líquido não deve ser base de comparação com o endividamento líquido de outras empresas, contudo a Administração acredita que é uma informação complementar que ajuda os investidores a avaliar a liquidez e auxilia a gestão da alavancagem.

²⁴ Passivo total líquido das disponibilidades ajustadas.

²⁵ Com a finalidade de alinhar às melhores práticas de mercado, salientamos que, a partir do 2T-2015, a Companhia passou a adotar a soma dos últimos 12 meses do EBITDA Ajustado (*Last Twelve Months* - LTM EBITDA Ajustado), em substituição a anualização anteriormente adotada, com base na repetição da média mensal para o restante do ano.

Comentário do Desempenho**ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Demonstração do Resultado – Consolidado**

1º Trimestre			R\$ milhões
2016	2015		4T-2015
70.337	74.353	Receita de vendas	85.103
(49.329)	(51.943)	Custo dos produtos e serviços vendidos	(58.254)
21.008	22.410	Lucro bruto	26.849
(3.751)	(1.724)	Vendas	(6.428)
(2.652)	(2.710)	Gerais e administrativas	(2.803)
(1.147)	(983)	Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(1.830)
(503)	(564)	Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(294)
(542)	(753)	Tributárias	(1.470)
(4.265)	(2.677)	Outras receitas (despesas), líquidas *	(54.919)
(12.860)	(9.411)		(67.744)
8.148	12.999	Lucro (Prejuízo) operacional	(40.895)
886	734	Receitas financeiras	1.652
(6.146)	(3.691)	Despesas financeiras	(5.890)
(3.433)	(2.664)	Var. monetárias e cambiais	(690)
(8.693)	(5.621)	Resultado financeiro líquido	(4.928)
388	173	Resultado de participações em investimentos	(1.339)
(157)	7.551	Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(47.162)
(224)	(3.023)	Imposto de renda e contribuição social	11.580
(381)	4.528	Lucro líquido (Prejuízo)	(35.582)
		Atribuível aos:	
(1.246)	5.330	Acionistas Petrobras	(36.938)
865	(802)	Acionistas não controladores	1.356
(381)	4.528		(35.582)

(*) Inclui perdas no valor de recuperação de ativos (impairment) no valor de R\$ 46.390 milhões no 4T-2015, R\$ 294 milhões no 1T-2016 e R\$ 3 milhões no 1T-2015.

Comentário do Desempenho**ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS****Balanco Patrimonial – Consolidado**

ATIVO	R\$ milhões	
	31.03.2016	31.12.2015
Circulante	146.243	169.581
Caixa e equivalentes de caixa	77.778	97.845
Títulos e valores mobiliários	2.729	3.047
Contas a receber, líquidas	18.865	22.659
Estoques	29.098	29.057
Impostos e contribuições	10.612	10.732
Ativos classificados como mantidos para venda	31	595
Outros ativos circulantes	7.130	5.646
Não Circulante	712.917	730.554
Realizável a L. Prazo	67.617	74.879
Contas a receber, líquidas	13.841	14.327
Títulos e valores mobiliários	348	342
Depósitos judiciais	10.142	9.758
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.206	23.490
Impostos e contribuições	10.920	11.017
Adiantamento a fornecedores	6.142	6.395
Outros ativos realizáveis a longo prazo	10.018	9.550
Investimentos	14.216	13.772
Imobilizado	619.224	629.831
Intangível	11.860	12.072
Total do Ativo	859.160	900.135

PASSIVO	R\$ milhões	
	31.03.2016	31.12.2015
Circulante	107.458	111.572
Fornecedores	20.755	24.913
Financiamentos	62.126	57.382
Impostos e contribuições	10.803	13.549
Salários, férias, encargos e participações	4.871	5.085
Planos de pensão e saúde	2.717	2.556
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda	-	488
Outras contas e despesas a pagar	6.186	7.599
Não Circulante	485.319	530.633
Financiamentos	387.889	435.467
Imposto de renda e contribuição social diferidos	812	906
Planos de pensão e saúde	48.994	47.618
Provisão para desmantelamento de áreas	35.604	35.728
Provisão para processos judiciais	9.798	8.776
Outras contas e despesas a pagar	2.222	2.138
Patrimônio Líquido	266.383	257.930
Capital Social realizado	205.432	205.432
Reservas de lucros e outras	57.234	49.299
Participação dos acionistas não controladores	3.717	3.199
Total do passivo	859.160	900.135

Comentário do Desempenho**ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS****Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado**

R\$ milhões			
1º Trimestre			
2016	2015		4T-2015
(381)	4.528	Lucro líquido (Prejuízo) do período	(35.582)
17.688	11.899	(+) Ajustes	60.856
12.649	8.516	Depreciação, depleção e amortização	11.569
8.751	6.294	Variações cambiais e monetárias e encargos sobre financiamentos e outras	7.961
(388)	(173)	Resultado de participações em investimentos	1.339
503	(863)	Perdas em créditos de liquidação duvidosa	3.075
102	(404)	Resultado com alienações, baixas de ativos, áreas devolvidas e projetos cancelados	1.859
(1.413)	2.044	Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(11.735)
579	576	Baixa de poços secos e/ou subcomerciais	1.503
294	3	Perda na recuperação de ativos - Impairment	46.386
1.176	287	Ajuste ao valor de mercado dos estoques	664
2.005	1.684	Despesa atuarial de planos de pensão e saúde	1.333
(1.673)	(1.024)	Varição dos estoques	2.573
3.584	73	Varição de contas a receber	(1.768)
(383)	(438)	Varição depósitos judiciais	(848)
(3.775)	(2.275)	Varição de fornecedores	(1.488)
(438)	(415)	Varição de planos de pensão e de saúde	(766)
(2.220)	944	Varição de impostos, taxas e contribuições	(1.004)
(271)	(621)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(214)
(1.394)	(2.309)	Varição de outros ativos e passivos	417
17.307	16.427	(=) Recursos gerados pelas atividades operacionais	25.274
(14.518)	(21.331)	(-) Recursos utilizados em atividades de investimento	(14.574)
(14.926)	(17.680)	Investimentos em área de negócios	(17.971)
11	516	Recebimentos pela venda de ativos (desinvestimentos)	1.967
397	(4.167)	Investimentos em títulos e valores mobiliários	1.430
2.789	(4.904)	(=) Fluxo de caixa líquido	10.700
(17.359)	(9.910)	(-) Recursos gerados pelas atividades de financiamento	(11.419)
7.215	3.735	Captações	6.109
(17.098)	(8.441)	Amortizações de principal	(12.014)
(7.622)	(5.600)	Amortizações de juros	(5.442)
146	396	Participação de acionistas não controladores	(72)
(5.497)	5.025	Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(1.306)
(20.067)	(9.789)	(=) Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no período	(2.025)
97.845	44.239	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	99.870
77.778	34.450	Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	97.845

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS POR ÁREA DE NEGÓCIO

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – 1T-2016

R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Receita de vendas	23.675	53.085	9.391	228	25.231	-	(41.273)	70.337
Intersegmentos	22.988	15.557	2.130	219	379	-	(41.273)	-
Terceiros	687	37.528	7.261	9	24.852	-	-	70.337
Custo dos produtos e serviços vendidos	(20.837)	(39.099)	(7.563)	(248)	(23.291)	-	41.709	(49.329)
Lucro bruto	2.838	13.986	1.828	(20)	1.940	-	436	21.008
Despesas	(3.611)	(2.491)	(734)	(118)	(1.987)	(3.992)	73	(12.860)
Vendas, gerais e administrativas	(508)	(2.155)	(634)	(25)	(1.691)	(1.481)	91	(6.403)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(1.147)	-	-	-	-	-	-	(1.147)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(209)	(68)	(21)	(2)	-	(203)	-	(503)
Tributárias	(62)	(143)	(170)	(2)	(38)	(127)	-	(542)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.685)	(125)	91	(89)	(258)	(2.181)	(18)	(4.265)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	(773)	11.495	1.094	(138)	(47)	(3.992)	509	8.148
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(8.693)	-	(8.693)
Resultado de participações em investimentos	(99)	375	56	43	7	6	-	388
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(872)	11.870	1.150	(95)	(40)	(12.679)	509	(157)
Imposto de renda e contribuição social	263	(3.908)	(372)	47	16	3.904	(174)	(224)
Lucro líquido (prejuízo)	(609)	7.962	778	(48)	(24)	(8.775)	335	(381)
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	(605)	7.976	757	(48)	(25)	(9.636)	335	(1.246)
Acionistas não controladores	(4)	(14)	21	-	1	861	-	865
	(609)	7.962	778	(48)	(24)	(8.775)	335	(381)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – 1T-2015²⁶

R\$ milhões								
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA *	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Receita de vendas	27.037	56.115	10.993	156	27.158	-	(47.106)	74.353
Intersegmentos	26.029	18.735	1.689	150	503	-	(47.106)	-
Terceiros	1.008	37.380	9.304	6	26.655	-	-	74.353
Custo dos produtos e serviços vendidos	(20.006)	(44.670)	(9.249)	(164)	(24.818)	-	46.964	(51.943)
Lucro bruto	7.031	11.445	1.744	(8)	2.340	-	(142)	22.410
Despesas	(1.877)	(2.172)	(131)	(37)	(1.428)	(3.935)	169	(9.411)
Vendas, gerais e administrativas	(469)	(1.721)	627	(27)	(1.457)	(1.558)	171	(4.434)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(983)	-	-	-	-	-	-	(983)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(220)	(95)	(43)	(6)	(1)	(199)	-	(564)
Tributárias	(52)	(184)	(719)	-	(33)	235	-	(753)
Outras receitas (despesas), líquidas	(153)	(172)	4	(4)	63	(2.413)	(2)	(2.677)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos	5.154	9.273	1.613	(45)	912	(3.935)	27	12.999
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(5.621)	-	(5.621)
Resultado de participações em investimentos	20	65	100	(20)	8	-	-	173
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	5.174	9.338	1.713	(65)	920	(9.556)	27	7.551
Imposto de renda e contribuição social	(1.752)	(3.153)	(549)	16	(310)	2.734	(9)	(3.023)
Lucro líquido (prejuízo)	3.422	6.185	1.164	(49)	610	(6.822)	18	4.528
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	3.413	6.183	1.087	(49)	609	(5.931)	18	5.330
Acionistas não controladores	9	2	77	-	1	(891)	-	(802)
	3.422	6.185	1.164	(49)	610	(6.822)	18	4.528

²⁶ Para efeito de comparação, as demonstrações contábeis do 1T-2015 foram ajustadas para contemplar a realocação do resultado das atividades no exterior, conforme divulgado no exercício de 2015, quando os ajustes organizacionais da transferência da gestão dessas atividades foram finalizados.

* Para efeito de comparação, o lucro líquido do 1T-2015 considera a despesa de ICMS sobre aquisição de gás natural, anteriormente classificada na área Corporativa (R\$ 516 milhões).

Comentário do Desempenho**ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS****Demonstração do grupo de Outras Receitas (Despesas) – 1T-2016**

	R\$ milhões							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Paradas não Programadas e Gastos Pré-Operacionais	(1.979)	(36)	(32)	-	-	(4)	-	(2.051)
Plano de Pensão e Saúde	-	-	-	-	-	(1.239)	-	(1.239)
(Perdas)/Ganhos c/Processos Judiciais, Administrativos e Arbitrais	(35)	(35)	(6)	(1)	(354)	(715)	-	(1.146)
Perda na Recuperação de Ativos - Impairment	(294)	-	-	-	-	-	-	(294)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	(7)	(5)	-	-	(10)	(216)	-	(238)
Resultado c/Alienações/Baixas de Ativos	(36)	(30)	(39)	1	6	-	-	(98)
Gastos com Segurança, Meio Ambiente e Saúde	(18)	(17)	(6)	-	-	(38)	-	(79)
Perdas s/Multas Aplicadas	(1)	(14)	-	-	-	(39)	-	(54)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário	(30)	-	24	-	5	-	-	(1)
Subvenções e Assistências Governamentais	4	22	8	-	-	1	-	35
Gastos/Ressarcimentos c/Operações em Parcerias de E&P	546	-	-	-	-	-	-	546
Outros	165	(10)	142	(89)	95	69	(18)	354
	(1.685)	(125)	91	(89)	(258)	(2.181)	(18)	(4.265)

Demonstração do grupo de Outras Receitas (Despesas) – 1T-2015

	R\$ milhões							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Paradas não Programadas e Gastos Pré-Operacionais	(626)	(251)	(58)	-	-	(6)	-	(941)
Plano de Pensão e Saúde	-	-	-	-	-	(947)	-	(947)
(Perdas)/Ganhos c/Processos Judiciais, Administrativos e Arbitrais	(48)	(86)	20	-	(10)	(709)	-	(833)
Perda na Recuperação de Ativos - Impairment	(3)	-	-	-	-	-	-	(3)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	(19)	(17)	(1)	-	(20)	(324)	-	(381)
Resultado c/Alienações/Baixas de Ativos	202	192	14	-	2	(4)	-	406
Gastos com Segurança, Meio Ambiente e Saúde	(17)	(10)	(5)	-	(1)	(38)	-	(71)
Perdas s/Multas Aplicadas	-	(106)	-	-	-	(167)	-	(273)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário	(3)	(5)	(15)	(2)	-	(1)	-	(26)
Subvenções e Assistências Governamentais	4	1	-	-	-	1	-	6
Gastos/Ressarcimentos c/Operações em Parcerias de E&P	141	-	-	-	-	-	-	141
Outros	216	110	49	(2)	92	(218)	(2)	245
	(153)	(172)	4	(4)	63	(2.413)	(2)	(2.677)

Ativo Consolidado por Área de Negócio – 31.03.2016

	R\$ milhões							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Ativo	474.829	174.694	73.292	2.226	21.016	126.597	(13.494)	859.160
Circulante	15.454	32.691	8.306	194	9.314	92.491	(12.207)	146.243
Não circulante	459.375	142.003	64.986	2.032	11.702	34.106	(1.287)	712.917
Realizável a longo prazo	25.369	9.357	4.882	12	3.539	25.608	(1.150)	67.617
Investimentos	6.339	4.264	1.796	1.667	127	23	-	14.216
Imobilizado	419.329	127.749	57.092	353	7.233	7.605	(137)	619.224
Em operação	303.533	111.594	48.928	351	6.152	6.503	(137)	476.924
Em construção	115.796	16.155	8.164	2	1.081	1.102	-	142.300
Intangível	8.338	633	1.216	-	803	870	-	11.860

Ativo Consolidado por Área de Negócio – 31.12.2015

	R\$ milhões							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Ativo	483.396	177.631	76.023	1.885	20.588	154.065	(13.453)	900.135
Circulante	14.215	35.247	10.398	176	8.979	112.715	(12.149)	169.581
Não circulante	469.181	142.384	65.625	1.709	11.609	41.350	(1.304)	730.554
Realizável a longo prazo	25.250	9.309	5.303	12	3.355	32.792	(1.142)	74.879
Investimentos	7.054	3.431	1.781	1.339	134	33	-	13.772
Imobilizado	428.447	128.982	57.300	358	7.296	7.610	(162)	629.831
Em operação	310.761	112.470	47.611	317	6.175	5.798	(162)	482.970
Em construção	117.686	16.512	9.689	41	1.121	1.812	-	146.861
Intangível	8.430	662	1.241	-	824	915	-	12.072

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Demonstração Consolidada do EBITDA Ajustado por Área de Negócio – 1T-2016

	R\$ milhões							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Lucro líquido (prejuízo)	(609)	7.962	778	(48)	(24)	(8.775)	335	(381)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	8.693	-	8.693
Imposto de renda/Contribuição social	(263)	3.908	372	(47)	(16)	(3.904)	174	224
Depreciação, depleção e amortização	9.656	1.923	714	11	148	197	-	12.649
EBITDA	8.784	13.793	1.864	(84)	108	(3.789)	509	21.185
Participação em investimentos	99	(375)	(56)	(43)	(7)	(6)	-	(388)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	294	-	-	-	-	-	-	294
EBITDA ajustado	9.177	13.418	1.808	(127)	101	(3.795)	509	21.091

Demonstração Consolidada do EBITDA Ajustado por Área de Negócio – 1T-2015

	R\$ milhões							
	E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	BIOCOM	DISTRIB.	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Lucro líquido (prejuízo)	3.422	6.185	1.164	(49)	610	(6.822)	18	4.528
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	5.621	-	5.621
Imposto de renda/Contribuição social	1.752	3.153	549	(16)	310	(2.734)	9	3.023
Depreciação, depleção e amortização	5.667	1.860	643	7	135	204	-	8.516
EBITDA	10.841	11.198	2.356	(58)	1.055	(3.731)	27	21.688
Participação em investimentos	(20)	(65)	(100)	20	(8)	-	-	(173)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	3	-	-	-	-	-	-	3
EBITDA ajustado	10.824	11.133	2.256	(38)	1.047	(3.731)	27	21.518

Comentário do Desempenho

APÊNDICE

1. Reconciliação do EBITDA Ajustado

1º Trimestre				4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2015 X 2014 (%)			
(381)	4.528	(108)	Lucro líquido (Prejuízo)	(35.582)	99
8.693	5.621	55	Resultado Financeiro Líquido	4.928	76
224	3.023	(93)	Imposto de renda e contribuição social	(11.580)	102
12.649	8.516	49	Depreciação, depleção e amortização	11.569	9
21.185	21.688	(2)	EBITDA	(30.665)	169
(388)	(173)	(124)	Resultado de participações em investimentos	1.339	(129)
294	3	9.700	Reversão/Perdas no valor de recuperação de ativos - Impairment	46.390	(99)
21.091	21.518	(2)	EBITDA ajustado	17.064	24
30	29	1	Margem do EBITDA ajustado (%) ²⁷	20	10

A Companhia divulga o EBITDA ajustado conforme Instrução CVM n.º 527 de 4 de outubro de 2012, calculado como sendo o resultado líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, além da participação em investimentos e do *impairment*.

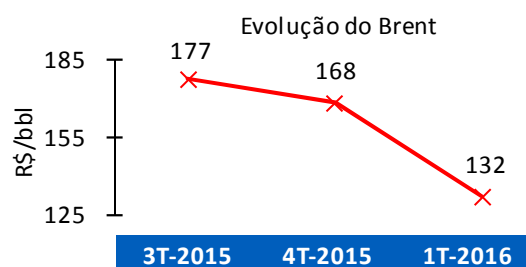
A divulgação do EBITDA ajustado tem como objetivo proporcionar informação suplementar sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, de realização e manutenção de seus investimentos e de cobrir sua necessidade de capital de giro. O EBITDA ajustado não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

2. Efeito custo médio no CPV (R\$ milhões)

Em função do período de permanência dos produtos nos estoques, de 60 dias em média, o comportamento das cotações internacionais do petróleo e derivados, bem como do câmbio, sobre as importações e as participações governamentais, não influenciam integralmente o custo das vendas do período, vindo a ocorrer por completo apenas no período subsequente.

O quadro abaixo demonstra a estimativa dos efeitos no custo das vendas:

	4T-2015	1T-2016	R\$ milhões Δ *
Efeito custo médio no CPV*	(369)	(863)	(494)



* Assim como no trimestre anterior, o CPV do 1T-2016 foi influenciado negativamente pelo efeito do custo médio dos estoques.

²⁷ A Margem do EBITDA ajustado é igual ao EBITDA ajustado dividido pela receita de vendas.

Comentário do Desempenho

APÊNDICE

3. Participações Governamentais

R\$ milhões					
1º Trimestre				4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
			Brasil		
1.913	2.529	(24)	Royalties	2.608	(27)
199	1.764	(89)	Participação Especial	999	(80)
47	43	9	Retenção de área	39	21
2.159	4.336	(50)	Subtotal País	3.646	(41)
274	218	26	Exterior	354	(23)
2.433	4.554	(47)	Total	4.000	(39)

(1T-2016 x 1T-2015): A redução nas participações governamentais, no Brasil, em 50%, deve-se, principalmente à redução de 21% no preço médio de referência do petróleo nacional, sendo R\$ 99,47/bbl (US\$ 25,54/bbl) no 1T-2016, contra R\$ 126,33/bbl (US\$ 43,96/bbl), no mesmo período do ano anterior, alinhado às cotações internacionais de petróleo e à menor produção.

(1T-2016 x 4T-2015): A redução nas participações governamentais, no Brasil, em 41%, deve-se, principalmente às menores cotações internacionais de petróleo e à redução da produção.

4. Hedge Fluxo de Caixa sobre exportações

R\$ milhões					
1º Trimestre				4T-2015	1T16 X 4T15 (%)
2016	2015	2016 x 2015 (%)			
21.480	(30.141)	171	Variação Monetária e Cambial Total	6.052	255
(22.013)	28.301	(178)	Variação Cambial Diferida registrada no Patrimônio Líquido	(3.847)	(472)
(2.900)	(824)	(252)	Reclassificação do Patrimônio Líquido para o resultado	(2.895)	-
(3.433)	(2.664)	(29)	Variação Monetária e Cambial, Líquidas	(690)	(398)

O aumento da reclassificação da despesa de variação cambial do patrimônio líquido para o resultado no 1T-2016 (R\$ 2.900 milhões) em relação ao 1T-2015 (R\$ 824 milhões) refletiu as realizações de exportações, protegidas por dívidas em dólares, com maior *spread* de taxa de câmbio (R\$/US\$) entre as datas iniciais das designações e as datas das respectivas exportações. Adicionalmente, R\$ 734 milhões foram reconhecidos no resultado devido às exportações que deixaram de ser previstas ou realizadas, principalmente em função do recuo nos preços do petróleo. Em relação ao 4T-2015, manteve-se no mesmo patamar.

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo *Brent* mais baixo em US\$ 10/barril que o considerado na última revisão do PNG 2015-2019, indicaria a necessidade de reclassificação de aproximadamente R\$ 783 milhões do patrimônio líquido para o resultado.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 31 de março de 2016 é a demonstrada a seguir:

	Consolidado									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2027	Total
Expectativa de realização	(7.183)	(11.245)	(11.626)	(9.225)	(7.345)	(6.819)	(7.189)	(4.394)	1.620	(63.406)

Comentário do Desempenho

APÊNDICE

5. Ativos e Passivos sujeitos à variação cambial

A Companhia possui ativos e passivos sujeitos a variações de moedas estrangeiras, cujas principais exposições brutas são do real em relação ao dólar norte-americano e do dólar norte-americano em relação ao euro. A partir de meados de maio de 2013 a Companhia estendeu a contabilidade de *hedge* para proteção de exportações futuras altamente prováveis.

A Companhia designa relações de *hedge* entre exportações e obrigações em dólares norte-americanos para que os efeitos da proteção cambial natural existentes entre essas operações sejam reconhecidas simultaneamente nas demonstrações contábeis. Com a extensão da contabilidade de *hedge*, ganhos ou perdas provocados por variações cambiais são acumulados no patrimônio líquido, somente afetando o resultado na medida em que as exportações são realizadas.

Os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de empresas controladas no exterior não são inseridos na exposição abaixo, quando realizados em moedas equivalentes às suas respectivas moedas funcionais.

Em 31 de março de 2016, a exposição cambial líquida da Companhia é passiva.

ITENS	R\$ milhões	
	31.03.2016	31.12.2015
Ativo	58.585	67.040
Passivo	(327.433)	(350.695)
Hedge Accounting	223.596	240.222
Total	(45.252)	(43.433)

SEGREGAÇÃO POR MOEDA	R\$ milhões	
	31.03.2016	31.12.2015
Real/ Dólar	(2.209)	2.881
Real/ Euro	(191)	(8.687)
Real/ Libra esterlina	(61)	(73)
Dólar/ Iene japonês	(2.126)	(2.180)
Dólar/ Euro	(31.485)	(24.988)
Dólar/ Libra esterlina	(9.126)	(10.241)
Peso/ Dólar	(54)	(145)
Total	(45.252)	(43.433)

R\$ milhões						
1º Trimestre			Variação monetária e cambial	4T-2015	1T16 X 4T15 (%)	
1T-2016	1T-2015	2016 x 2015 (%)				
(1.443)	2.270	(164)	Variação cambial Dólar x Euro	493	(393)	
623	(3.811)	116	Variação cambial Real x Dólar	327	91	
326	241	35	Variação cambial Dólar x Libra Esterlina	249	31	
(2.900)	(824)	(252)	Reclassificação do hedge accounting do Patrimônio Líquido para o Resultado	(2.895)	-	
(258)	(450)	43	Variação cambial Real x Euro	377	(168)	
219	(90)	343	Outros	759	(71)	
(3.433)	(2.664)	(29)	Variação Monetária e Cambial, Líquidas	(690)	(398)	

Comentário do Desempenho**APÊNDICE****6. Itens especiais**

R\$ milhões				
1º Trimestre				
2016	2015		Item do Resultado	4T-2015
(544)	1.171	Perdas com recebíveis do setor elétrico	Despesa de vendas	(2.509)
(297)	(516)	(Perdas)/Ganhos com contingências judiciais	Outras receitas (despesas)	(1.885)
(294)	(3)	Impairment de ativos e de investimentos	Diversos	(48.295)
(51)	-	Programas de Anistias Estaduais / PRORELIT	Diversos	(428)
-	-	REFIS	Diversos	(116)
-	-	Programa de incentivo ao desligamento voluntário	Outras receitas (despesas)	(307)
-	464	Ganhos/(Perdas) com alienação de ativos	Outras receitas (despesas)	-
(1.186)	1.116	Total		(53.540)

Detalhamento do efeito do impairment de ativos e de investimentos nos diversos itens de resultado:

(294)	(3)	Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(46.390)
-	-	Resultado de participações em investimentos	(1.905)
(294)	(3)	Impairment de ativos e investimentos	(48.295)

Detalhamento do efeito da adesão aos Programas de Anistias Estaduais e ao Programa de Redução de Litígios Tributários (PRORELIT) nos diversos itens do resultado:

(42)	-	Despesas tributárias	(308)
(9)	-	Despesas financeiras - Juros	(120)
(51)	-	Programas de Anistias Estaduais / PRORELIT	(428)

Detalhamento do efeito da adesão ao REFIS nos diversos itens do resultado:

-	-	Despesas tributárias	(63)
-	-	Despesas financeiras - Juros	(53)
-	-	REFIS	(116)

No julgamento da Administração, os itens especiais apresentados acima, embora relacionados aos negócios da Companhia, foram destacados como informação complementar para um melhor entendimento e avaliação do resultado. Tais itens não ocorrem necessariamente em todos os períodos, sendo divulgados quando relevantes.

Comentário do Desempenho**APÊNDICE****7. Informações por atividade no exterior****Demonstração do Resultado - 1T-2016****Receita de vendas**

Intersegmentos

Terceiros

Lucro Bruto**Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos****Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras****EBITDA Ajustado**

R\$ milhões			
E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
1.466	2.886	558	3.184
842	2.208	31	2
624	678	527	3.182
480	(118)	101	314
268	(219)	84	79
111	(210)	112	72
756	(152)	98	114

Demonstração do Resultado - 1T-2015**Receita de vendas**

Intersegmentos

Terceiros

Lucro Bruto**Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos****Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras****EBITDA Ajustado**

R\$ milhões			
E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
1.320	3.295	355	3.104
732	834	24	3
588	2.461	331	3.101
417	149	58	288
393	17	41	75
352	5	69	63
735	54	56	102

Ativo em 31.03.2016**Ativo em 31.12.2015**

R\$ milhões			
E&P	ABAST	GÁS & ENERGIA	DISTRIB.
28.488	4.756	1.526	2.813
31.683	5.459	1.577	3.057

Comentário do Desempenho

APÊNDICE

8. Resultado das operações do 1T-2016 x 1T-2015 (informações adicionais):

Receita de vendas de R\$ 70.337 milhões, 5% inferior ao 1T-2015 (R\$ 74.353 milhões), ocasionadas por:

- Redução de 8% na demanda de derivados no mercado interno, em função do menor nível de atividade econômica no Brasil e do recuo do consumo de óleo combustível e de gás natural para geração térmica;
- Maiores preços médios dos derivados no mercado interno;
- Redução da geração e do preço de energia elétrica decorrente da melhora nas condições hidrológicas;
- Menores preços das exportações de petróleo e derivados, acompanhando a redução das cotações internacionais; e
- Maior volume de exportações de petróleo e derivados (14%).

Custo dos produtos vendidos de R\$ 49.329 milhões, 5% inferior ao 1T-2015 (R\$ 51.943 milhões), refletindo, além da redução de 8% na demanda de derivados no mercado interno:

- Menores custos com importações de petróleo, derivados e gás natural, bem como com participações governamentais no Brasil;
- Redução no processamento de petróleo importado e menor participação de derivados importados no *mix* das vendas como resultado da menor demanda de derivados no mercado doméstico; e
- Aumento dos custos com depreciação pelo método de unidades produzidas devido à redução das estimativas de reservas, atenuada pelo menor saldo de ativos em função das perdas por *impairment* reconhecidas em 2015.

Despesas de vendas de R\$ 3.751 milhões, 118% superior ao 1T-2015 (R\$ 1.724 milhões), devido à reversão de perdas com recebíveis do setor elétrico no 1T-2015 (R\$ 1.295 milhões), além dos maiores gastos com fretes, reflexo da depreciação cambial e do maior volume de exportação.

Despesas gerais e administrativas de R\$ 2.652 milhões, no mesmo patamar do 1T-2015 (R\$ 2.710 milhões), refletindo os menores gastos com serviços de terceiros, compensados pelos maiores gastos com pessoal devido ao reajuste salarial concedido no Acordo Coletivo de trabalho 2015 (ACT 2015).

Despesas com pesquisa e desenvolvimento tecnológico de R\$ 503 milhões, 11% inferior ao 1T-2015 (R\$ 564 milhões), devido à redução dos gastos obrigatórios mínimos decorrente da menor receita bruta dos campos de petróleo e gás natural.

Despesas tributárias de R\$ 542 milhões, 28% inferior ao 1T-2015 (R\$ 753 milhões), em função das menores despesas de imposto de renda sobre remessa de juros de financiamentos ao exterior, compensadas em parte pela adesão aos Programas de Anistias Estaduais.

Outras despesas operacionais de R\$ 4.265 milhões, 59% superior ao 1T-2015 (R\$ 2.677 milhões), influenciadas por:

- Maiores despesas com paradas não programadas, principalmente com ociosidade de sondas (R\$ 1.110 milhões);
- *Impairment* de ativos, principalmente nos campos de Bijupirá e Salema, após o cancelamento da venda desses ativos (R\$ 294 milhões); e
- Aumento da despesa com planos de pensão e saúde com assistidos devido ao acréscimo da taxa de juros nominal aplicada sobre maior saldo de obrigação atuarial líquida (R\$ 292 milhões).

Despesas financeiras líquidas de R\$ 8.693 milhões, 55% superior ao 1T-2015 (R\$ 5.621 milhões), em razão de:

- Acréscimo nas despesas com juros, refletindo o maior endividamento e o efeito da depreciação da cotação média do real frente ao dólar (R\$ 2.124 milhões, líquido de encargos financeiros capitalizados);
- Variação cambial negativa de R\$ 3.713 milhões decorrente da depreciação de 4,7% do dólar sobre a exposição passiva líquida em euro no 1T-2016 (apreciação cambial de 11,6% no 1T-2015);
- Variação cambial positiva de R\$ 4.434 milhões devido à apreciação de 8,9% do real sobre a exposição passiva líquida em dólar no 1T-2016 (depreciação cambial de 20,8% no 1T-2015); e
- Maior reclassificação da variação cambial acumulada no patrimônio líquido para o resultado pela realização das exportações protegidas no âmbito da contabilidade de *hedge*, bem como pelas exportações designadas que deixaram de ser previstas ou realizadas (R\$ 2.076 milhões).

Despesas com imposto de renda e contribuição social de R\$ 224 milhões, 93% inferior ao 1T-2015 (R\$ 3.023 milhões), devido, principalmente, ao menor resultado antes dos impostos.

Participação dos acionistas não controladores negativa em R\$ 865 milhões (positiva em R\$ 802 milhões no 1T-2015), refletindo, principalmente, o comportamento do câmbio, nos respectivos períodos, sobre o endividamento em dólar das entidades estruturadas.

Comentário do Desempenho

APÊNDICE

9. Resultado das operações do 1T-2016 x 4T-2015 (informações adicionais):

Receita de vendas de R\$ 70.337 milhões, 17% inferior ao 4T-2015 (R\$ 85.103 milhões), influenciada por:

- Menor demanda de derivados no mercado interno (5%), principalmente de diesel (12%), devido à menor atividade econômica no início do ano;
- Redução da receita de exportação de petróleo e derivados em razão do declínio do *Brent* (21% em reais) e menor volume exportado;
- Redução da receita de gás natural devido à menor demanda termelétrica no período;
- Decréscimo nos preços da nafta, QAV e óleo combustível no mercado interno, refletindo o recuo nas cotações internacionais; e
- Redução da geração e do preço de energia elétrica decorrente da melhora nas condições hidrológicas.

Custo dos produtos vendidos de R\$ 49.329 milhões, 15% inferior ao 4T-2015 (R\$ 58.254 milhões), refletindo, além da redução de 5% na demanda de derivados no mercado interno:

- Menores custos com importações de petróleo, derivados e gás natural, bem como com participações governamentais no Brasil;
- Menores gastos com insumos para produção de petróleo e derivados no exterior, refletindo a redução do *Brent*; e
- Aumento dos custos com depreciação pelo método de unidades produzidas devido à redução das estimativas de reservas, atenuada pelo menor saldo de ativos em função das perdas por *impairment* reconhecidas em 2015.

Despesas de vendas de R\$ 3.751 milhões, 42% inferior ao 4T-2015 (R\$ 6.428 milhões), devido à menor provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, principalmente relacionados aos recebíveis do setor elétrico (R\$ 1.965 milhões);

Despesas gerais e administrativas de R\$ 2.652 milhões, 5% inferior ao 4T-2015 (R\$ 2.803 milhões), refletindo os menores gastos com serviços de terceiros.

Custos exploratórios para extração de petróleo e gás natural de R\$ 1.147 milhões, 37% inferior ao 4T-2015 (R\$ 1.830 milhões), em decorrência, principalmente, dos menores gastos com baixas de poços secos e/ou subcomerciais no exterior.

Despesas tributárias de R\$ 542 milhões, 63% inferior ao 4T-2015 (R\$ 1.470 milhões), em função das menores despesas com adesão aos Programas de Anistias Estaduais e com imposto de renda sobre remessa de juros de financiamentos ao exterior, além do reconhecimento de PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

Outras despesas operacionais de R\$ 4.265 milhões, 92% inferior ao 4T-2015 (R\$ 54.919 milhões), ocasionadas, principalmente, por:

- *Impairment* de ativos no 4T-2015 (R\$ 46.390 milhões);
- Despesas com baixas de ativos, devolução de campos à ANP e abandono de áreas no 4T-2015 (R\$ 2.256 milhões);
- Menores despesas com contingências judiciais, principalmente com processos tributários e trabalhistas (R\$1.451 milhões); e
- Gastos com desmobilização da refinaria Nansei Sekiyu K.K. no 4T-2015 (R\$ 352 milhões).

Despesas financeiras líquidas de R\$ 8.693 milhões, 76% superior ao 4T-2015 (R\$ 4.928 milhões), em razão de:

- Variação cambial negativa de R\$ 1.936 milhões pela depreciação de 4,7% do dólar sobre a exposição passiva líquida em euro no 1T-2016 (apreciação de 2,5% no 4T-2015); e
- Variação cambial negativa de R\$ 635 milhões pela depreciação de 3,1% do real sobre a exposição passiva líquida em euro em janeiro de 2016, tendo em vista a liquidação da exposição nesse mês (apreciação de 4,2% no 4T-2015).

Resultado positivo com participações em investimentos de R\$ 388 milhões (resultado negativo de R\$ 1.339 milhões no 4T-2015) devido ao *impairment* de investimentos no 4T-2015, principalmente no exterior.

Despesas com imposto de renda e contribuição social de R\$ 224 milhões (receita de R\$ 11.580 milhões no 4T-2015) em razão, principalmente, do efeito fiscal positivo sobre o *impairment* de ativos em dezembro de 2015.

Notas Explicativas



(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras dedica-se, diretamente ou por meio de suas subsidiárias e controladas (denominadas, em conjunto, "Petrobras" ou a "companhia" ou "Sistema Petrobras"), à pesquisa, lavra, refino, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, distribuição e comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A sede social da companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

2. Base de apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com o IAS 34 – Demonstrações Intermediárias, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (CPC 21 – R1).

As informações contábeis intermediárias individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (CPC 21 – R1) e não apresentam diferenças em relação às consolidadas.

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações consolidadas, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações, complementadas por algumas informações individuais da controladora. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 12 de maio de 2016, autorizou a divulgação destas informações trimestrais.

2.1. Uso de estimativas

Na elaboração das informações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás natural, depreciação, depleção e amortização, *impairment*, benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego, processos judiciais e contingências, custos com obrigações de desmantelamento de áreas, tributos diferidos sobre o lucro, contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa de exportação e perdas em crédito de liquidação duvidosa. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos, revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. "Operação Lava Jato" e seus reflexos na companhia

A companhia reconheceu, no terceiro trimestre de 2014, uma baixa no montante de R\$ 6.194 (R\$ 4.788 na Controladora) de gastos capitalizados, referente a valores que a Petrobras pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores. Para mais informações sobre a baixa, veja nota 3 das demonstrações contábeis anuais auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas*(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)*

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de março de 2016, a companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e conseqüentemente o registro contábil de baixas complementares. A companhia monitorou as investigações da "Operação Lava Jato" efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente reconhecida, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela companhia. A Petrobras continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

Até o momento, já foram recuperados valores no montante de R\$ 230, reconhecidos como outras despesas, líquidas (ressarcimento de gastos adicionais capitalizados indevidamente). À medida que as investigações da "Operação Lava Jato" resultem em acordos de leniência com os membros do cartel ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Petrobras pode ter direito a receber ao menos uma parte de tais montantes.

A nota explicativa 29 apresenta informações sobre os processos judiciais materiais da companhia.

4. Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações trimestrais da Petrobras e de suas controladas, operações em conjunto e entidades estruturadas consolidadas.

A companhia não apresentou alterações significativas no conjunto de empresas consolidadas no período findo em 31 de março de 2016.

5. Práticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
Caixa e bancos	2.588	3.157
Aplicações financeiras de curto prazo		
- No País		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	4.673	3.599
Outros fundos de investimentos	10	42
	4.683	3.641
- No exterior		
Time deposit	45.371	51.842
Auto Invest e contas remuneradas	19.953	34.471
Outras aplicações financeiras	5.183	4.734
	70.507	91.047
Total das aplicações financeiras de curto prazo	75.190	94.688
Total de caixa e equivalentes de caixa	77.778	97.845

Os fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros. As aplicações no exterior são compostas por *time deposits* com prazos de até três meses, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Títulos e valores mobiliários	Consolidado					
	31.03.2016			31.12.2015		
	País	Exterior	Total	País	Exterior	Total
Para negociação	2.743	-	2.743	3.042	-	3.042
Disponíveis para venda	21	-	21	21	5	26
Mantidos até o vencimento	265	48	313	271	50	321
	3.029	48	3.077	3.334	55	3.389
Circulante	2.725	4	2.729	3.042	5	3.047
Não circulante	304	44	348	292	50	342

Os títulos para negociação referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais brasileiros. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
Clientes		
Terceiros	24.661	28.358
Partes relacionadas		
Investidas (nota explicativa 18.5)	1.829	2.085
Recebíveis do setor elétrico (nota explicativa 7.4)	13.598	13.335
Contas petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal	861	857
Outras	6.413	6.625
	47.362	51.260
Perdas em créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(14.656)	(14.274)
	32.706	36.986
Circulante	18.865	22.659
Não circulante	13.841	14.327

7.2. Contas a receber vencidos - Terceiros

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
Até 3 meses	1.837	1.229
De 3 a 6 meses	487	701
De 6 a 12 meses	2.672	3.135
Acima de 12 meses	7.183	6.775
	12.179	11.840

7.3. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa – PCLD

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
Saldo inicial	14.274	8.956
Adições	816	7.133
Baixas	-	(41)
Reversões	(227)	(2.476)
Ajuste Acumulado de Conversão	(207)	702
Saldo final	14.656	14.274
Circulante	6.660	6.599
Não circulante	7.996	7.675



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

7.4. Contas a receber – Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)

	31.12.2015	Faturamen- to	Recebimen- tos	PCLD		Atualização Monetária	Consolidado 31.03.2016
				Constituição	Reversão		
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)							
Amazonas Distribuidora de Energia - AME	7.793	461	(450)	(386)	65	239	7.722
Centrais Elétricas do Norte	4	4	(8)	-	-	-	-
Centrais Elétricas de Rondônia	1.111	104	(119)	-	-	36	1.132
Outros	298	107	(126)	(11)	11	15	294
Contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	9.206	676	(703)	(397)	76	290	9.148
Terceiros							
Cigás	558	562	(359)	(153)	-	-	608
Centrais Elétricas do Pará	101	152	(183)	(70)	-	-	-
Cia de Eletricidade do Amapá	35	14	(61)	(24)	14	27	5
Cia de Energia de Pernambuco-CELPE	8	55	(63)	-	-	-	-
Outros	24	82	(116)	-	10	-	-
Contas a receber líquido de terceiros	726	865	(782)	(247)	24	27	613
Total do contas a receber líquido	9.932	1.541	(1.485)	(644)	100	317	9.761
Contas a receber do Sistema Eletrobras	13.335	676	(703)	-	-	290	13.598
(-) PCLD	(4.129)	-	-	(397)	76	-	(4.450)
Total do contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	9.206	676	(703)	(397)	76	290	9.148
Contas a receber de Terceiros	3.018	865	(782)	-	-	27	3.128
(-) PCLD	(2.292)	-	-	(247)	24	-	(2.515)
Total do contas a receber líquido de terceiros	726	865	(782)	(247)	24	27	613
Total do contas a receber	16.353	1.541	(1.485)	-	-	317	16.726
(-) PCLD	(6.421)	-	-	(644)	100	-	(6.965)
Total do contas a receber líquido	9.932	1.541	(1.485)	(644)	100	317	9.761

Em 31 de março de 2016, a companhia possuía recebíveis líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD do setor elétrico referentes ao fornecimento de óleo combustível, gás natural, energia, entre outros produtos, para usinas de geração termoeletrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e produtores independentes de energia (PIEs) localizados na região norte do país, no total de R\$ 9.761 (R\$ 9.932 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$ 8.465 foram classificados no ativo não circulante.

Uma parcela significativa dos recursos utilizados para a liquidação financeira dos referidos ativos é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que tem como uma de suas finalidades principais o reembolso parcial dos custos de aquisição dos combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica no sistema isolado de energia. Contudo, diversas alterações ocorridas na legislação, no decorrer do tempo, impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC às usinas termelétricas do sistema isolado, que por sua vez, passaram a efetuar pagamentos menores do que aqueles devidos à companhia pelo fornecimento de combustíveis para geração de energia elétrica.

Em 2012, uma nova legislação (MP 579 de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013) introduziu ajustes relevantes na origem dos recursos utilizados para subsidiar a geração de energia pelas usinas dos sistemas isolados. A cobertura dos subsídios passou a ocorrer por meio do fundo setorial da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e não somente por arrecadação direta de quotas da CCC. Com isto, o Tesouro Nacional deveria efetuar aportes para cobertura das despesas que antes eram supridas unicamente pela CCC. Estes aportes, no entanto, se mostraram insuficientes frente ao montante necessário para a cobertura dos custos de geração térmica dos sistemas isolados da Região Norte.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O fluxo de pagamento antes existente envolvendo repasse dos recursos da CCC, que já era insuficiente para cobrir os custos de aquisição dos combustíveis, reduziu significativamente. Com o crescente aumento dos débitos das térmicas do sistema isolado, a companhia intensificou negociações com as concessionárias estaduais, PIES, empresas privadas e controladas da Eletrobras. Diante do cenário, em 31 de dezembro de 2014, a companhia e as empresas do Sistema Eletrobras celebraram contratos de confissão de dívida no montante de R\$ 8.601, abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014, atualizados pela SELIC, com pagamentos em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015, dos quais R\$ 7.380 possuíam garantia real em 7 de maio de 2015 (R\$ 6.084 em 31 de dezembro de 2014). Esta confissão encontra-se adimplente em 31 de março de 2016.

A partir do início de 2015, com a mudança legal e a introdução da nova política tarifária para o setor elétrico, incluindo aumentos praticados no primeiro trimestre do referido ano, esperava-se um maior equilíbrio financeiro das empresas do setor e, por conseguinte, a redução da inadimplência relativa ao fornecimento de combustíveis a partir do segundo trimestre daquele ano, o que de fato não ocorreu. O aumento do valor das contas de energia elétrica dos consumidores finais das distribuidoras de energia elétrica, com o objetivo de proporcionar o equilíbrio financeiro dessas empresas, não garantiu fluxo de recomposição de recursos da CCC suficiente para assegurar reembolso dos custos de aquisição dos combustíveis fornecidos pela Petrobras e agravou a inadimplência destes clientes perante a companhia.

Com a publicação em 1º de setembro de 2015 da Resolução Normativa nº 679, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), esperava-se uma maior celeridade na liberação dos recursos, devido à possibilidade de pagamento direto pela CCC à companhia, relativo ao fornecimento de combustíveis realizado no mês imediatamente anterior e limitado a 75% da média dos desembolsos da CCC dos três últimos meses, o que efetivamente não ocorreu. Dessa forma, a situação de inadimplência descrita anteriormente foi agravada.

No exercício de 2015, a companhia reconheceu uma provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD), no resultado de R\$ 1.876, líquida de reversão, dado o insucesso em concluir as negociações para assinatura de novos contratos de confissão de dívida e de penhor em garantia de créditos oriundos da CDE.

No período findo em 31 de março de 2016, a companhia reconheceu PCLD, no montante de R\$ 544, líquida de reversão, relativa principalmente a novos fornecimentos por ordem judicial (liminar), enquanto que no período findo em 31 de março de 2015, a companhia reverteu PCLD de R\$ 1.295, pela obtenção de novo contrato de penhor em garantia de créditos oriundos da CDE.

Neste contexto, a companhia adotou as seguintes medidas relativas a recebíveis vencidos pelo fornecimento de gás natural: (i) notificação de suspensão parcial do fornecimento de gás; (ii) cobrança judicial da dívida inadimplida; e (iii) notificação para inscrição da AME no cadastro de inadimplentes da ANEEL.

Apesar dessas medidas, as negociações com a Eletrobras estão mantidas, visando à obtenção de novas garantias reais que permitam avançar no equacionamento da dívida inadimplida com as empresas do Sistema Petrobras.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Estoques

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
Petróleo	9.940	11.305
Derivados de petróleo	10.507	8.613
Intermediários	2.259	2.390
Gás Natural e GNL ^(*)	374	989
Biocombustíveis	796	616
Fertilizantes	171	239
	24.047	24.152
Materiais, suprimentos e outros	5.118	4.967
	29.165	29.119
Circulante	29.098	29.057
Não circulante	67	62

^(*) GNL - Gás Natural Liquefeito

Os estoques consolidados são apresentados deduzidos de provisão, para ajuste ao seu valor realizável líquido, no montante de R\$ 240 (R\$ 607 em 31 de dezembro de 2015), sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e seus derivados. No período de janeiro a março de 2016, a provisão reconhecida no resultado, como custo dos produtos e serviços vendidos, é de R\$ 1.176 (R\$ 287 no período de janeiro a março de 2015).

Parcela dos estoques de petróleo e/ou derivados foi dada como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro – TCF, assinados com a Petros, no valor de R\$ 6.539 (R\$ 6.711 em 31 de dezembro de 2015), conforme nota explicativa 21.1.

9. Ativos classificados como mantidos para venda

Em 26 de fevereiro de 2016, foram rescindidos pela Petro Rio S.A. os contratos assinados com a companhia em 1º de julho de 2015, relativos à venda da participação de 20% nas concessões dos campos de Bijupirá e Salema (BJS) e na empresa holandesa BJS Oil Operations B.V. (BJSOO BV). Desta forma, os valores relativos a estes ativos foram transferidos para ativo imobilizado e para provisão para desmantelamento de áreas, no montante de R\$ 527 e R\$ 493, respectivamente, acrescidos de juros.

Após a reclassificação de mantidos para venda para ativos imobilizados, os referidos ativos tiveram recalculada sua depreciação histórica e tiveram sua recuperabilidade avaliada, resultando no reconhecimento de perdas por *impairment* conforme descritas na nota explicativa 13.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Investimentos

10.1. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2015	Aportes de capital	Transações de capital	Resultado de participação em investi- mentos ^(*)	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Reorganiza- ções, redução de capital e outros	Saldo em 31.03.2016
Controladas									
PNBV	76.324	-	20	1.652	(7.100)	-	-	-	70.896
BR Distribuidora	9.703	-	-	(213)	-	-	-	-	9.490
Transpetro	5.095	-	-	236	(157)	-	-	-	5.174
TAG	2.832	-	-	722	-	1.596	-	-	5.150
PIB BV	6.491	-	-	(1.924)	(682)	-	-	-	3.885
PB-LOG	3.093	-	-	151	-	-	-	-	3.244
PBIO	1.124	635	-	(60)	(56)	151	-	-	1.794
Logigás	1.100	-	-	135	-	-	(24)	-	1.211
Liquigás	1.051	-	-	45	-	-	-	-	1.096
Gaspetro	950	-	-	(10)	-	-	(21)	31	950
Araucária									
Nitrogenados	842	-	-	(14)	-	-	-	-	828
Termomacacê Ltda.	717	-	-	12	-	-	-	-	729
Breitener	609	-	-	(3)	-	-	-	-	606
Termobahia	479	-	-	31	-	-	-	-	510
Citepe	562	-	-	(61)	-	-	-	-	501
Outras Controladas	574	-	-	(43)	-	-	-	-	531
Operações em conjunto	223	-	-	15	-	-	-	-	238
Empreendimentos controlados em conjunto	280	-	-	24	-	(10)	(2)	-	292
Coligadas									
Braskem	3.142	-	-	274	(50)	607	-	-	3.973
Demais coligadas	325	-	-	17	-	-	-	-	342
Controladas, operações/empreendimentos em conjunto e coligadas	115.516	635	20	986	(8.045)	2.344	(47)	31	111.440
Outros investimentos	20	-	-	-	-	-	-	-	20
Total dos Investimentos	115.536	635	20	986	(8.045)	2.344	(47)	31	111.460
Provisão para perda em controladas				15	19	-			
Resultado de participações em investimentos e outros resultados abrangentes				1.001	(8.026)	2.344			

(*) Inclui lucros não realizados de transações entre empresas.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.2. Mutação dos investimentos (Consolidado)

	Saldo em 31.12.2015	Aportes de capital	Resultado de Participação em investimentos	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Reorganiza- ções, redução de capital e outros	Saldo em 31.03.2016
Petrobras Oil & Gas B.V. - PO&G	6.031	-	(103)	(524)	-	-	-	5.404
Braskem	3.142	-	274	(50)	607	-	-	3.973
Distribuidoras Estaduais de Gás Natural	980	-	7	-	-	-	5	992
Investidas na Venezuela	851	-	-	(75)	-	-	-	776
Guarani S.A.	759	284	19	(56)	147	-	(94)	1.059
Nova Fronteira Bionergia	465	-	33	-	-	-	-	498
Outras Investidas do Setor Petroquímico	176	-	10	-	-	-	-	186
Compañia Mega S.A. - MEGA	174	-	30	(24)	-	-	-	180
Compañia de Inversiones de Energia S.A. - CIESA	170	-	(5)	(27)	-	(5)	-	133
UEG Araucária	169	-	(3)	-	-	-	-	166
Demais empresas	810	-	126	(100)	(6)	(26)	-	804
Outros Investimentos	45	-	-	1	-	-	(1)	45
Total	13.772	284	388	(855)	748	(31)	(90)	14.216

10.3. Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

Empresa	Lote de mil ações		Tipo	Cotação em bolsa de valores (R\$ por ação)		Valor de mercado	
	31.03.2016	31.12.2015		31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Controlada indireta							
Petrobras Argentina S.A.	1.356.792	1.356.792	ON	2,32	2,38	3.148	3.229
						3.148	3.229
Coligada							
Braskem S.A.	212.427	212.427	ON	20,50	15,91	4.355	3.380
Braskem S.A.	75.762	75.762	PNA	23,41	27,62	1.774	2.093
						6.129	5.473

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

Braskem S.A. - Investimento em coligada com ações negociadas em bolsas de valores

A Braskem é uma companhia de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior. Com base nas cotações de mercado no Brasil, em 31 de março de 2016, a participação da Petrobras nas ações ordinárias (47% do total) e nas ações preferenciais (22% do total) da Braskem, foi avaliada em R\$ 6.129. Entretanto, apenas aproximadamente 3% das ações ordinárias dessa investida são de titularidade de não signatários do Acordo de Acionistas e sua negociação é extremamente limitada.

Considerando a relação operacional entre a Petrobras e a Braskem, em 31 de dezembro de 2015, foi realizado teste de recuperabilidade do investimento nessa coligada com base em seu valor em uso, proporcional à participação da companhia no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da Braskem, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições da investida. As avaliações de recuperabilidade não indicaram a existência de perdas por *impairment*.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da Braskem, foram apresentadas na nota explicativa 14, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Imobilizado

11.1. Por tipo de ativos

					Consolidado	Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção (*)	Gastos c/exploração e desenvolvimento (campos produtores de petróleo e gás)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	21.341	260.297	140.627	158.725	580.990	437.150
Adições	657	4.396	60.263	1.745	67.061	50.464
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	15.932	15.932	16.511
Juros capitalizados	-	-	5.842	-	5.842	4.767
Baixas	(27)	(192)	(6.184)	(1.455)	(7.858)	(5.994)
Transferências	4.006	28.814	(54.132)	27.668	6.356	664
Depreciação, amortização e depleção	(1.528)	(21.241)	-	(15.296)	(38.065)	(27.642)
Impairment - constituição	(928)	(14.981)	(11.489)	(20.324)	(47.722)	(33.597)
Impairment - reversão	1	42	21	90	154	116
Ajuste acumulado de conversão	299	31.404	11.913	3.525	47.141	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.821	288.539	146.861	170.610	629.831	442.439
Custo	33.561	438.533	146.861	262.480	881.435	617.596
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(9.740)	(149.994)	-	(91.870)	(251.604)	(175.157)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.821	288.539	146.861	170.610	629.831	442.439
Adições	2	947	11.725	272	12.946	9.331
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	22	22	-
Juros capitalizados	8	-	1.465	-	1.473	1.109
Baixas	(4)	(15)	(680)	(44)	(743)	(686)
Transferências	1.231	7.459	(13.258)	6.380	1.812	663
Depreciação, amortização e depleção	(350)	(6.511)	-	(5.650)	(12.511)	(9.436)
Impairment - constituição	-	(28)	-	(313)	(341)	(341)
Impairment - reversão	-	24	-	-	24	-
Ajuste acumulado de conversão	(111)	(8.186)	(3.813)	(1.179)	(13.289)	-
Saldo em 31 de março de 2016	24.597	282.229	142.300	170.098	619.224	443.079
Custo	34.574	434.234	142.300	266.643	877.751	628.077
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(9.977)	(152.005)	-	(96.545)	(258.527)	(184.998)
Saldo em 31 de março de 2016	24.597	282.229	142.300	170.098	619.224	443.079
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	40 (25 a 50) (exceto terrenos)	20 (3 a 31) (**)		Método da unidade produzida		

(*) Os saldos por área de negócio são apresentados na nota explicativa 28.

(**) Contempla ativos de exploração e produção depreciados pelo método das unidades produzidas.

Em 31 de março de 2016, o imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transferem os benefícios, riscos e controles no montante de R\$ 188 e de R\$ 9.125, respectivamente (R\$ 189 e de R\$ 9.248 em 31 de dezembro de 2015).

11.2. Direito de exploração de petróleo - Cessão Onerosa

O Contrato de Cessão Onerosa, celebrado em 2010 entre a Petrobras e a União (cedente), tendo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP atuando como reguladora e fiscalizadora, refere-se ao direito de exercer as atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados em seis blocos na área do Pré-Sal (Franco, Florim, Nordeste de Tupi, Entorno de Iara, Sul de Guarã e Sul de Tupi), limitadas à produção de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo, em até 40 anos, renováveis por mais cinco, sob determinadas condições.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O Contrato estabelece que, imediatamente após a declaração de comercialidade de cada área, iniciam-se os procedimentos de revisão do Contrato de Cessão Onerosa, que devem estar baseados em laudos técnicos independentes. Atualmente, após a declaração de comercialidade dos seis blocos, todas as áreas encontram-se em revisão e a conclusão deste processo somente ocorrerá após o fim da revisão de todas as áreas, não estando estabelecida uma data para seu término.

Para a referida revisão, estão sendo considerados os custos já realizados até o momento nas áreas e as previsões de custo e de produção estimadas quando da elaboração dos laudos técnicos independentes. Como resultado desta etapa, poderão ser revistos: (i) Valor do Contrato; (ii) Volume Máximo de barris a serem produzidos; (iii) Prazo de Vigência; e (iv) Percentuais mínimos de Conteúdo Local.

Caso a revisão determine que os direitos adquiridos alcancem um valor maior do que o inicialmente pago, a companhia poderá pagar a diferença à União ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris adquiridos nos termos do Contrato. Se a revisão determinar que os direitos adquiridos resultem em valor menor que o inicialmente pago pela companhia, a União reembolsará a diferença, em moeda corrente ou títulos, sujeito às leis orçamentárias.

No momento as atividades referentes à Revisão do Contrato de Cessão Onerosa estão em andamento, incluindo a preparação dos laudos pelas certificadoras e a realização de discussões sobre o tema entre Petrobras e representantes da União. A companhia efetuará os respectivos ajustes nos preços de aquisição, quando a revisão estiver concluída.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Ativo Imobilizado da companhia inclui o montante de R\$ 74.808, referente aos valores pagos na aquisição dos blocos do Contrato de Cessão Onerosa.

12. Intangível

12.1. Por tipo de ativos

					Consolidado	Controladora
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Softwares Desenvolvidos internamente	Ágio (goodwill)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	9.542	315	1.148	971	11.976	9.108
Adições	59	73	259	-	391	299
Juros capitalizados	-	-	18	-	18	18
Baixas	(589)	-	(7)	-	(596)	(169)
Transferências	273	21	36	-	330	273
Amortização	(75)	(109)	(325)	-	(509)	(396)
Impairment - constituição	(98)	-	-	-	(98)	-
Ajuste acumulado de conversão	404	8	2	146	560	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.516	308	1.131	1.117	12.072	9.133
Custo	10.526	1.699	3.762	1.117	17.104	12.442
Amortização acumulada	(1.010)	(1.391)	(2.631)	-	(5.032)	(3.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.516	308	1.131	1.117	12.072	9.133
Adições	9	14	48	-	71	53
Juros capitalizados	-	-	3	-	3	3
Baixas	(3)	-	(2)	-	(5)	(2)
Transferências	-	2	2	-	4	-
Amortização	(21)	(29)	(88)	-	(138)	(103)
Ajuste acumulado de conversão	(103)	(2)	(2)	(40)	(147)	-
Saldo em 31 de março de 2016	9.398	293	1.092	1.077	11.860	9.084
Custo	10.397	1.701	3.818	1.077	16.993	12.491
Amortização acumulada	(999)	(1.408)	(2.726)	-	(5.133)	(3.407)
Saldo em 31 de março de 2016	9.398	293	1.092	1.077	11.860	9.084
Tempo de vida útil estimado em anos	(*)	5	5	Indefinida		

(*) O saldo é composto, preponderantemente, por ativos com vida útil indefinida. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se continua justificável.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

A companhia avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente, com data base em 31 de dezembro, ou quando existir um indicativo de desvalorização.

No primeiro trimestre de 2016, foi constituída provisão para perda por desvalorização, líquida de reversão, no montante de R\$ 294, reconhecida no resultado do período como outras despesas, principalmente pela rescisão do contrato de venda dos Campos de Bijupirá e Salema em 26 de fevereiro de 2016, com a consequente reclassificação de seus ativos e passivos, anteriormente classificados como ativos mantidos para venda. Este evento, determinou a revisão da avaliação de recuperabilidade da UGC do Polo Bijupirá e Salema. A avaliação foi realizada com base no valor em uso dos Campos de Produção, considerando as premissas descritas na nota explicativa 14 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e resultou no reconhecimento de perdas por desvalorização no montante de R\$ 317.

14. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás natural desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas.

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados a atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentados na tabela a seguir:

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
Custos exploratórios reconhecidos no Ativo ⁽¹⁾		
Imobilizado		
Saldo inicial	20.310	18.594
Adições	1.070	7.310
Baixas	(527)	(2.874)
Transferências	(409)	(3.423)
Ajustes acumulados de conversão	(115)	703
Saldo final	20.329	20.310
Intangível	7.920	7.996
Total dos custos exploratórios reconhecidos no ativo	28.249	28.306

⁽¹⁾ Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2015
Custos exploratórios reconhecidos no resultado		
Despesas com geologia e geofísica	314	400
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	579	576
Outras despesas exploratórias	254	7
Total das despesas	1.147	983
Caixa utilizado nas atividades		
Operacionais	568	343
Investimentos	1.143	2.506
Total	1.711	2.849



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Fornecedores

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
Terceiros no país	10.263	13.005
Terceiros no exterior	8.718	10.020
Partes relacionadas	1.774	1.888
Saldo total no Passivo Circulante	20.755	24.913

16. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos se destinam ao desenvolvimento de projetos de produção de petróleo e gás natural, à construção de navios e de dutos, bem como à construção e ampliação de unidades industriais, dentre outros usos diversos.

A companhia possui obrigações relacionadas aos contratos de dívida (*covenants*), atendidas em 31 de março de 2016, dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício, com prazos de cura que ampliam esses períodos em 30 e 60 dias, dependendo do contrato, além de possuir cláusulas relacionadas ao nível de endividamento em determinados contratos de dívida com o BNDES.

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado				Total
	Agência de Crédito à Exportação	Mercado Bancário	Mercado de Capitais	Outros	
Não Circulante					
No País					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2015	-	77.795	3.456	74	81.325
Ajuste acumulado de conversão	-	482	-	-	482
Adições de Financiamentos	-	15.962	3.510	-	19.472
Juros incorridos no período	-	951	1	-	952
Variações monetárias e cambiais	-	9.662	257	7	9.926
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	-	(8.416)	(490)	(13)	(8.919)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	-	96.436	6.734	68	103.238
No Exterior					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2015	13.930	79.414	142.930	1.723	237.997
Ajuste acumulado de conversão	4.772	33.669	62.702	607	101.750
Adições de Financiamentos	501	18.285	6.283	-	25.069
Juros incorridos no período	13	110	161	26	310
Variações monetárias e cambiais	1.439	4.112	(3.350)	181	2.382
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(2.517)	(14.671)	(18.098)	(147)	(35.433)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	18.138	120.919	190.628	2.390	332.075
Saldo total em 31 de dezembro de 2015	18.138	217.355	197.362	2.458	435.313

Não Circulante					
No País					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	-	96.436	6.734	68	103.238
Ajuste acumulado de conversão	-	(168)	-	-	(168)
Adições de Financiamentos	-	382	-	-	382
Juros incorridos no período	-	252	-	-	252
Variações monetárias e cambiais	-	(3.067)	77	2	(2.988)
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	-	(2.222)	(140)	(8)	(2.370)
Saldo final em 31 de março de 2016	-	91.613	6.671	62	98.346
No Exterior					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	18.138	120.919	190.628	2.390	332.075
Ajuste acumulado de conversão	(1.190)	(9.376)	(15.711)	(161)	(26.438)
Adições de Financiamentos	-	3.926	-	-	3.926
Juros incorridos no período	4	16	39	8	67
Variações monetárias e cambiais	(360)	(1.462)	1.114	(46)	(754)
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(810)	(546)	(18.072)	(54)	(19.482)
Saldo final em 31 de março de 2016	15.782	113.477	157.998	2.137	289.394
Saldo total em 31 de março de 2016	15.782	205.090	164.669	2.199	387.740

Circulante	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
Endividamento de Curto Prazo	4.982	5.946
Parcela Circulante de Endividamento de Longo Prazo	51.901	44.907
Juros Provisionados	5.193	6.481
	62.076	57.334



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.1. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em								Consolidado	
	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total ^(*)	Valor justo	
Financiamentos em Reais (R\$):	9.430	6.968	7.949	13.323	18.714	24.702	81.086	68.466	
Indexados a taxas flutuantes	7.992	5.079	6.438	11.892	17.347	18.195	66.943		
Indexados a taxas fixas	1.438	1.889	1.511	1.431	1.367	6.507	14.143		
Taxa média dos Financiamentos	14,0%	14,9%	13,2%	12,2%	10,7%	10,4%	11,9%		
Financiamentos em Dólares (US\$):	33.141	37.979	31.825	55.670	33.955	102.075	294.645	247.865	
Indexados a taxas flutuantes	24.276	24.708	23.339	38.353	19.779	31.554	162.009		
Indexados a taxas fixas	8.865	13.271	8.486	17.317	14.176	70.521	132.636		
Taxa média dos Financiamentos	3,5%	4,1%	3,8%	4,0%	4,3%	5,8%	4,6%		
Financiamentos em R\$ indexados ao US\$:	1.493	2.508	2.503	2.494	2.494	19.299	30.791	27.004	
Indexados a taxas flutuantes	53	68	68	68	68	126	451		
Indexados a taxas fixas	1.440	2.440	2.435	2.426	2.426	19.173	30.340		
Taxa média dos Financiamentos	7,2%	7,0%	7,1%	7,0%	7,1%	7,0%	7,0%		
Financiamentos em Libras (£):	170	-	-	-	-	8.778	8.948	6.123	
Indexados a taxas fixas	170	-	-	-	-	8.778	8.948		
Taxa média dos Financiamentos	5,8%	-	-	-	-	6,1%	6,1%		
Financiamentos em Ienes (¥):	2.340	359	1	-	-	-	2.700	2.653	
Indexados a taxas flutuantes	655	325	-	-	-	-	980		
Indexados a taxas fixas	1.685	34	1	-	-	-	1.720		
Taxa média dos Financiamentos	1,0%	0,5%	1,3%	-	-	-	0,9%		
Financiamentos em Euro (€):	297	44	11.158	5.294	793	14.030	31.616	26.261	
Indexados a taxas flutuantes	43	42	42	42	634	-	803		
Indexados a taxas fixas	254	2	11.116	5.252	159	14.030	30.813		
Taxa média dos Financiamentos	2,9%	1,7%	3,8%	3,9%	4,1%	4,4%	4,0%		
Financiamentos Outras Moedas:	6	24	-	-	-	-	30	30	
Indexados a taxas fixas	6	24	-	-	-	-	30		
Taxa média dos Financiamentos	15,3%	14,0%	-	-	-	-	14,3%		
Total em 31 de março de 2016	46.877	47.882	53.436	76.781	55.956	168.884	449.816	378.402	
Taxa média dos financiamentos	5,6%	5,8%	5,3%	5,5%	6,6%	6,5%	6,0%		
Total em 31 de dezembro 2015	57.333	44.505	62.827	88.231	60.670	179.081	492.647	385.017	
Taxa média dos financiamentos	5,9%	6,4%	5,6%	5,8%	6,9%	6,7%	6,3%		

(*) Em 31 de março de 2016, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 7,04 anos (7,14 anos em 31 de dezembro de 2015).

Os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de preços cotados em mercados ativos (nível 1), quando aplicável, no valor de R\$ 156.312, em 31 de março de 2016. Quando não há preços cotados em mercado ativo disponível, os valores justos dos financiamentos são determinados por meio de uma curva teórica elaborada com base nos *Bonds* de maior liquidez da companhia (nível 2), no valor de R\$ 222.090, em 31 de março de 2016.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 31.2.

16.2. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção foi de 5,26% a.a. no período de janeiro a março de 2016 (4,89% a.a. no período de janeiro a março de 2015).



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.3. Linhas de Crédito

Empresa	Instituição financeira	Data da abertura	Prazo	Valor		
				Contratado	Utilizado	Saldo
No exterior (Valores em US\$ milhões)						
Petrobras	JBIC	16/07/2013	31/12/2018	1.500	-	1.500
PGT BV	UKEF - JPMORGAN	17/12/2015	22/12/2016	500	238	262
Total				2.000	238	1.762
No país						
Petrobras	BNDES	17/12/2012	30/05/2016	2.199	1.750	449
Petrobras	BNDES	31/07/2013	15/07/2016	502	451	51
Petrobras	FINEP	16/04/2014	26/12/2017	255	177	78
PNBV	BNDES	03/09/2013	26/03/2018	9.878	1.832	8.046
Transpetro	BNDES	31/01/2007	Indefinido	5.129	576	4.553
Transpetro	Banco do Brasil	09/07/2010	10/04/2038	354	159	195
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	349	-	349
Total				18.666	4.945	13.721

16.4. Garantias

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, existem financiamentos que contam com garantias reais, representado por determinados instrumentos captados junto ao mercado.

As dívidas obtidas por entidades estruturadas estão garantidas pelos próprios ativos dos projetos, bem como por penhor de direitos creditórios.

Os títulos emitidos pela companhia, no mercado de capitais, não possuem garantias reais.

17. Arrendamentos mercantis

17.1. Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro

Compromissos estimados	Recebimentos			Pagamentos		
	Valor			Valor		
	Valor futuro	Juros anuais	presente	Valor futuro	Juros anuais	presente
2016	541	(344)	197	52	(20)	32
2017 - 2020	2.704	(1.553)	1.151	155	(76)	79
2021 em diante	5.465	(1.560)	3.905	700	(612)	88
Em 31 de março de 2016	8.710	(3.457)	5.253	907	(708)	199
Circulante			257			50
Não circulante			4.996			149
Em 31 de março de 2016			5.253			199
Circulante			256			48
Não circulante			5.441			154
Em 31 de dezembro de 2015			5.697			202

17.2. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, unidades de produção de petróleo e gás natural, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção, navios, embarcações de apoio, helicópteros, terrenos e edificações.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado
2016	33.898
2017 - 2020	120.358
2021 em diante	202.090
Em 31 de março de 2016	356.346
Em 31 de dezembro 2015	387.332

Em 31 de março de 2016, os saldos de contratos de arrendamento mercantil operacional que ainda não tinham sido iniciados em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, representam o montante de R\$ 199.718 no Consolidado (R\$ 236.739 em 31 de dezembro de 2015).

No período de janeiro a março de 2016, a companhia reconheceu despesas com arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 8.074 (R\$ 10.254 no período de janeiro a março de 2015).

18. Partes relacionadas

18.1. Transações comerciais e outras operações

A companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde atua e as partes envolvidas nas negociações.

18.1.1. Por operação (controladora)

	31.03.2016			31.12.2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber						
Contas a receber, principalmente por vendas	6.843	-	6.843	8.916	-	8.916
Dividendos a receber	1.064	-	1.064	1.595	-	1.595
Operações de mútuo	-	251	251	-	266	266
Adiantamento para aumento de capital	-	1.224	1.224	-	1.364	1.364
Valores vinculados à construção de gasoduto	-	1.068	1.068	-	1.050	1.050
Arrendamentos mercantis financeiros	62	893	955	61	873	934
Outras operações	572	461	1.033	637	414	1.051
	8.541	3.897	12.438	11.209	3.967	15.176
Passivo						
Arrendamentos mercantis financeiros	(1.129)	(5.293)	(6.422)	(1.568)	(5.354)	(6.922)
Operações de mútuo	-	(39.551)	(39.551)	-	(51.465)	(51.465)
Pré pagamento de exportação	(18.580)	(102.588)	(121.168)	(18.346)	(109.607)	(127.953)
Fornecedores	(13.566)	-	(13.566)	(13.541)	-	(13.541)
Compras de petróleo, derivados e outras	(7.214)	-	(7.214)	(7.251)	-	(7.251)
Afretamento de plataformas	(5.758)	-	(5.758)	(5.778)	-	(5.778)
Adiantamento de clientes	(594)	-	(594)	(512)	-	(512)
Outras operações	-	(80)	(80)	-	(99)	(99)
	(33.275)	(147.512)	(180.787)	(33.455)	(166.525)	(199.980)
Resultado						
				Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2015	
Receitas, principalmente de vendas				30.869	35.546	
Variações monetárias e cambiais líquidas				(1.940)	(4.095)	
Receitas (despesas) financeiras líquidas				(2.884)	(967)	
				26.045	30.484	



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.1.2. Por empresa (controladora)

	Resultado				31.03.2016		31.12.2015		31.03.2016		31.12.2015	
	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2015	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Total	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Total	Passivo Total		
Controladas ⁽¹⁾												
BR	19.922	22.813	2.011	-	2.011	2.608	(271)	-	(271)	(282)		
Gaspetro	1.899	2.919	800	97	897	1.074	(265)	-	(265)	(307)		
PNBV	1.001	152	1.861	31	1.892	2.236	(7.811)	-	(7.811)	(7.632)		
Transpetro	219	197	428	213	641	786	(1.146)	-	(1.146)	(1.125)		
PIB-BV Holanda	(96)	150	1.844	126	1.970	2.287	(19.897)	(142.140)	(162.037)	(180.718)		
Fundo de Investimento												
Imobiliário	(88)	(67)	73	-	73	158	(225)	(1.681)	(1.906)	(1.830)		
Termoelétricas	(71)	(50)	14	321	335	455	(123)	(1.007)	(1.130)	(1.127)		
Logigas	(66)	-	50	1.068	1.118	1.078	(494)	-	(494)	(445)		
TAG	15	107	196	893	1.089	1.075	(1.618)	-	(1.618)	(1.990)		
Petroquímica Suape	-	-	30	400	430	290	(1)	-	(1)	(1)		
CITEPE	-	-	103	537	640	577	-	-	-	-		
Outras Controladas	848	1.532	522	206	728	1.921	(614)	-	(614)	(966)		
	23.583	27.753	7.932	3.892	11.824	14.545	(32.465)	(144.828)	(177.293)	(196.423)		
Entidades estruturadas												
CDMPI	(52)	(15)	-	-	-	-	(324)	(1.900)	(2.224)	(2.172)		
PDET Off Shore	(28)	(15)	-	-	-	-	(303)	(704)	(1.007)	(1.161)		
	(80)	(30)	-	-	-	-	(627)	(2.604)	(3.231)	(3.333)		
Coligadas												
Empresas do Setor												
Petroquímico	2.538	2.769	561	-	561	559	(135)	(80)	(215)	(172)		
Outras Coligadas	4	(8)	48	5	53	72	(48)	-	(48)	(52)		
	2.542	2.761	609	5	614	631	(183)	(80)	(263)	(224)		
	26.045	30.484	8.541	3.897	12.438	15.176	(33.275)	(147.512)	(180.787)	(199.980)		

⁽¹⁾ Inclui suas controladas e negócios em conjunto.

18.1.3. Taxas anuais de operações de mútuo

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Até 5%	-	-	-	(5.623)
De 5,01% a 7%	80	81	(39.551)	(45.842)
De 7,01% a 9%	115	128	-	-
Acima de 9,01%	56	57	-	-
	251	266	(39.551)	(51.465)

18.2. Fundo de investimento em direitos creditórios

A Controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP (FIDC-NP e FIDC-P em 31 de dezembro de 2015) que são destinados, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por controladas do Sistema Petrobras. Os valores investidos estão registrados em títulos e valores mobiliários.

As cessões de direitos creditórios, performados e não performados, estão registradas como financiamentos no passivo circulante.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora	
	31.03.2016	31.12.2015
Títulos e valores mobiliários	4.642	7.812
Cessões de direitos creditórios	(17.658)	(20.779)
	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2015
Receita Financeira FIDC P e NP	257	155
Despesa Financeira FIDC P e NP	(613)	(416)
Resultado financeiro	(356)	(261)

18.3. Garantias concedidas

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no Brasil e no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras, principalmente fidejussórias, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação de terceiro, caso o devedor original não o faça.

As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

Data de Vencimento das Operações						31.03.2016	31.12.2015
	PGF ^(*)	PGT ^(**)	PNBV	TAG	Outros	Total	Total
2016	13.423	1.779	3.506	-	548	19.256	29.089
2017	16.905	-	2.176	-	1.170	20.251	22.132
2018	19.429	8.897	10.807	-	2.324	41.457	45.479
2019	27.513	20.998	8.577	-	658	57.746	63.241
2020	16.789	18.969	2.139	-	7.285	45.182	48.680
2021	21.725	-	890	-	5.862	28.477	30.753
2022 em diante	73.626	31.824	8.725	16.139	4.407	134.721	148.579
	189.410	82.467	36.820	16.139	22.254	347.090	387.953

(*) Petrobras Global Finance B.V., controlada da PIBBV.

(**) Petrobras Global Trading B.V., controlada da PIBBV.

18.4. Fundo de investimento no exterior de subsidiárias

Em 31 de março de 2016, uma controlada da PIB BV mantinha recursos investidos diretamente ou por meio de fundo de investimento no exterior que detinha, entre outros, títulos de dívidas da Petrobras, da TAG e suas controladas, e de entidades estruturadas consolidadas relacionados principalmente aos projetos Gasene, Malhas, CDMPI, CLEP e Marlim Leste (P-53), equivalentes a R\$ 14.442 (R\$ 15.623 em 31 de dezembro de 2015).



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.5. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	Consolidado					
	Jan-Mar/2016		31.03.2016		Jan-Mar/2015	
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas						
Distribuidoras estaduais de gás natural	1.835	794	229	2.739	996	281
Empresas do setor petroquímico	2.501	565	216	2.785	565	174
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	614	470	1.640	591	524	1.768
	4.950	1.829	2.085	6.115	2.085	2.223
Entidades governamentais						
Títulos públicos federais	132	3.612	-	363	4.352	-
Bancos controlados pela União Federal	(2.933)	10.424	91.760	(3.775)	10.181	95.034
Setor elétrico (nota explicativa 7.4)	966	13.598	-	1.509	13.335	-
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal	4	861	-	2	857	-
Outros	249	1.325	845	38	1.190	1.230
	(1.582)	29.820	92.605	(1.863)	29.915	96.264
Planos de Pensão	-	241	202	-	141	431
	3.368	31.890	94.892	4.252	32.141	98.918
Receitas, principalmente de vendas	5.829			7.626		
Variações monetárias e cambiais líquidas	(466)			(2.229)		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.995)			(1.145)		
Ativo circulante		7.930			8.806	
Ativo não circulante		23.960			23.335	
Passivo circulante			13.320			12.683
Passivo não circulante			81.572			86.235
	3.368	31.890	94.892	4.252	32.141	98.918

18.6. Remuneração da administração da companhia

As remunerações totais do pessoal chave da administração da Petrobras Controladora são apresentadas a seguir:

	Jan-Mar/2016			Jan-Mar/2015		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração (Titulares e suplentes)	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	3,5	0,4	3,9	4,1	0,2	4,3
Encargos sociais	1,0	0,1	1,1	1,1	0,1	1,2
Previdência complementar	0,4	-	0,4	0,2	-	0,2
Remuneração total - competência	4,9	0,5	5,4	5,4	0,3	5,7
Remuneração total - pagamento realizado	4,9	0,5	5,4	5,4	0,3	5,7
Número de membros - média no período ^(*)	8	15	23	8	10	18
Número de membros remunerados - média no período ^(**)	8	12	20	8	9	17

^(*) Corresponde à média do período do número de membros apurados mensalmente.

^(**) Corresponde à média do período do número de membros remunerados apurados mensalmente.

No primeiro trimestre de 2016, a despesa consolidada com os honorários de diretores e conselheiros do Sistema Petrobras totalizou R\$ 17,9 (R\$ 15,8 no primeiro trimestre de 2015).

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os suplentes do Conselho de Administração que participaram desses Comitês de Assessoramento fizeram jus a uma remuneração total de R\$ 39 mil no primeiro trimestre de 2016, e considerando os encargos sociais, os valores passam a ser de R\$ 47 mil.

19. Provisões para desmantelamento de áreas

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
Passivo não circulante		
Saldo inicial	35.728	21.958
Revisão de provisão (*)	516	16.812
Utilização por pagamentos	(1.113)	(4.149)
Atualização de juros	571	753
Outros	(98)	354
Saldo final	35.604	35.728

(*) Em 31 de março de 2016, inclui R\$ 493 reclassificados de ativos mantidos para venda.

20. Tributos

20.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Consolidado			
	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
No país	3.714	3.743	943	242
No exterior	86	96	182	168
	3.800	3.839	1.125	410

Demais impostos e contribuições	Consolidado							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante (*)	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Impostos no país:								
ICMS / ICMS diferido	3.165	3.151	2.383	2.364	3.863	4.081	-	-
PIS e COFINS / PIS e COFINS diferido	2.831	2.913	8.074	7.913	1.093	1.902	-	-
CIDE	94	72	-	-	402	449	-	-
Participação especial/Royalties	-	-	-	-	1.003	2.428	-	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	-	-	1.265	1.698	-	60
Refis e Prorelit	-	-	-	-	815	1.068	-	43
Outros	554	585	447	718	688	956	-	-
	6.644	6.721	10.904	10.995	9.129	12.582	-	103
Impostos no exterior	168	172	16	22	549	557	-	-
	6.812	6.893	10.920	11.017	9.678	13.139	-	103

(*) Os valores de demais impostos e contribuições no Passivo Não Circulante estão classificados em "Outras contas e despesas a pagar".

20.2. Programas de Anistias Estaduais

Em 2016, a Petrobras aderiu a programa de pagamento à vista de débitos tributários, devido à anistia para liquidação de tributos administrados pelo estado de São Paulo conforme Decretos nº 61.625/2015 e 61.788/2016. Nesse acordo, a companhia reconheceu no resultado o total de R\$ 51, sendo R\$ 42 como despesas tributárias e R\$ 9 como despesas financeiras.

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

20.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado									
	Imobilizado		Empréstimos, contas a receber / pagar e financiamentos	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Estoques	Benefícios concedidos a empregados	Outros	Total
Custo com prospecção	Outros ⁽¹⁾									
Em 1º de janeiro de 2015	(36.249)	(595)	10.155	(1.573)	1.397	15.191	1.302	5.371	(378)	(5.379)
Reconhecido no resultado do exercício	(4.061)	5.894	(1.687)	186	1.712	6.789	74	(612)	616	8.911
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	20.961	-	-	(336)	-	(54)	-	20.571
Ajuste acumulado de conversão	-	106	2	-	(14)	501	(4)	3	(276)	318
Utilização de créditos tributários - REFIS e PRORELIT	-	-	-	-	-	(1.853)	-	-	-	(1.853)
Outros	-	(362)	296	21	(3)	73	7	(27)	11	16
Em 31 de dezembro de 2015	(40.310)	5.043	29.727	(1.366)	3.092	20.365	1.379	4.681	(27)	22.584
Reconhecido no resultado do período	1.213	(2.164)	(46)	(157)	343	2.448	(309)	19	66	1.413
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	(8.470)	-	-	(10)	-	-	-	(8.480)
Ajuste acumulado de conversão	-	(31)	11	-	5	(97)	-	(11)	(14)	(137)
Outros	-	-	9	-	-	-	-	-	5	14
Em 31 de março de 2016	(39.097)	2.848	21.231	(1.523)	3.440	22.706	1.070	4.689	30	15.394
Impostos diferidos ativos										23.490
Impostos diferidos passivos										(906)
Em 31 de dezembro de 2015										22.584
Impostos diferidos ativos										16.206
Impostos diferidos passivos										(812)
Em 31 de março de 2016										15.394

⁽¹⁾ Inclui principalmente ajustes de perda no valor de recuperação de ativos e juros capitalizados.

A companhia mantém o reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos fundamentados nas projeções baseadas no PNG e que não ultrapassam dez anos.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

20.4. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(157)	7.551
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	53	(2.567)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	410	659
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior ^(*)	(88)	-
Incentivos fiscais	27	14
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(314)	(765)
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas ^(**)	(341)	(278)
Outros	29	(86)
Imposto de renda e contribuição social	(224)	(3.023)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.413	(2.044)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.637)	(979)
	(224)	(3.023)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	(142,7)%	40,0%

^(*) Imposto de renda e contribuição social no país, referentes aos lucros auferidos até 31 de março de 2016 por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.

^(**) Inclui equivalência patrimonial.

21. Benefícios concedidos a empregados

21.1. Planos de pensão e de saúde

A descrição detalhada dos planos de pensão e saúde patrocinados pela companhia para empregados (ativos e assistidos) e dependentes, no Brasil e no exterior, é apresentada na nota explicativa 22 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A movimentação das obrigações com planos de pensão e saúde com característica de benefício definido está representada a seguir:

	Consolidado				
	Planos de pensão		Saúde	Outros planos	Total
	Petros	Petros 2	AMS		
Saldo em 1º de janeiro de 2015	20.916	762	23.957	283	45.918
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	584	(692)	354	(44)	202
(+) Custos incorridos no exercício	2.879	207	3.213	89	6.388
(-) Pagamento de contribuições	(644)	-	(1.155)	(18)	(1.817)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(550)	-	-	-	(550)
Outros	-	-	-	33	33
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.185	277	26.369	343	50.174
Circulante	1.438	-	1.111	7	2.556
Não Circulante	21.747	277	25.258	336	47.618
	23.185	277	26.369	343	50.174
(+) Custos incorridos no período	891	29	1.060	25	2.005
(-) Pagamento de contribuições	(155)	-	(271)	(12)	(438)
Outros	-	-	-	(30)	(30)
Saldo em 31 de março de 2016	23.921	306	27.158	326	51.711
Circulante	1.600	-	1.111	6	2.717
Não Circulante	22.321	306	26.047	320	48.994
	23.921	306	27.158	326	51.711



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A despesa líquida com planos de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

	Consolidado				Total
	Planos de pensão		Saúde	Outros planos	
	Petros	Petros 2	AMS		
Custo do serviço	72	19	113	11	215
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	819	10	947	14	1.790
Custo Líquido em Jan-Mar/2016	891	29	1.060	25	2.005
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	219	15	242	3	479
Diretamente no resultado	114	10	142	21	287
Relativa aos assistidos	558	4	676	1	1.239
Custo Líquido em Jan-Mar/2016	891	29	1.060	25	2.005
Custo Líquido em Jan-Mar/2015	726	62	875	21	1.684

Em 31 de março de 2016, a companhia possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 com a Petros, no valor de R\$ 6.539 (R\$ 6.711 em 31 de dezembro de 2015), os quais estão em fase de revisão.

No período de janeiro a março de 2016, a contribuição da companhia para a parcela de contribuição definida do Plano Petros 2 foi de R\$ 213 (R\$ 222 de janeiro a março de 2015).

21.2. Plano de incentivo ao desligamento voluntário

Em janeiro de 2014, a companhia implementou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) que é fruto do Programa de Otimização de Produtividade – POP, visando contribuir para o alcance das metas de desempenho do Plano de Negócios e Gestão.

A companhia reconheceu a provisão em 31 de março de 2014, estando sujeita a alteração pela ocorrência de possíveis desistências, da atualização das remunerações nos acordos coletivos de trabalho até a data da rescisão dos empregados, da atualização do piso e do teto pelo IPCA, além do reconhecimento das parcelas variáveis.

Em 13 de outubro de 2015, a controlada Petrobras Distribuidora S.A. implementou um Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV BR 2015), a fim de adequar o efetivo da companhia. O período de inscrições ao PIDV se encerrou em 30 de dezembro de 2015 e alcançou 345 inscritos.

No período de 30 de novembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, a Petrobras permitiu aos empregados desistentes ou excluídos do PIDV 2014 proceder à revalidação de sua inscrição no PIDV 2014, de caráter voluntário, tendo alcançado o número de 374 revalidações.

Entre 31 de março de 2014 e o mês de março de 2016, a companhia registrou 6.946 desligamentos no PIDV 2014 e 201 desligamentos no PIDV BR 2015.

A movimentação da provisão em 2016 está representada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	777
Revisão de provisão	1
Utilização por desligamento	(229)
Saldo em 31 de março de 2016	549
Circulante	390
Não circulante	159



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social realizado

Em 31 de março de 2016, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.432 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

22.2. Outros Resultados Abrangentes

No período de janeiro a março de 2016 foram reconhecidos como outros resultados abrangentes, decorrentes da apreciação de 8,9% do real frente ao dólar norte-americano, os seguintes efeitos:

- No ajuste acumulado de conversão, o montante de R\$ 8.477 decorrente da conversão das demonstrações contábeis de controladas no exterior com moeda funcional diferente do real;
- No *hedge* de fluxo de caixa de exportação, o patrimônio líquido foi aumentado no período em R\$ 16.443 líquido de impostos e do efeito de reclassificação de parte da variação cambial para resultado, totalizando em 31 de março de 2016 o valor de R\$ 41.848, líquido de impostos, conforme nota explicativa 31.2.

22.3. Lucro (Prejuízo) por ação

	Consolidado	
	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2015
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	(1.246)	5.330
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação (n° ações)	13.044.496.930	13.044.496.930
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	(0,10)	0,41



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. Receita de vendas

	Consolidado	
	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2015
Receita bruta de vendas	89.895	93.065
Encargos de vendas ^(*)	(19.558)	(18.712)
Receita de vendas ^(**)	70.337	74.353
Diesel	22.802	23.956
Gasolina automotiva	14.704	13.363
Querosene de aviação (QAV)	2.294	2.579
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	2.489	2.175
Nafta	1.521	1.643
Óleo combustível (incluindo bunker)	1.131	2.204
Outros derivados de petróleo	2.794	2.624
Subtotal de derivados	47.735	48.544
Gás natural	4.023	4.874
Etanol, nitrogenados e renováveis	3.466	2.888
Eletricidade, serviços e outros	2.768	4.281
Mercado interno	57.992	60.587
Exportações	5.121	5.683
Vendas no exterior ^(***)	7.224	8.083
Mercado externo	12.345	13.766
Receitas de vendas ^(**)	70.337	74.353

^(*) Inclui, principalmente, CIDE, PIS, COFINS e ICMS.

^(**) A receita de vendas por segmento de negócio está apresentada na nota explicativa 28.

^(***) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, exceto exportações.

24. Outras despesas líquidas

	Consolidado	
	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2015
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(2.051)	(941)
Plano de pensão e saúde (inativos)	(1.239)	(947)
(Perdas) / Ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.146)	(833)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(294)	(3)
Relações institucionais e projetos culturais	(238)	(381)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(79)	(71)
Resultado com alienações/baixas de ativos	(98)	406
Gastos/Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	546	141
Outros	334	(48)
	(4.265)	(2.677)



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Custos e Despesas por natureza

	Consolidado	
	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2015
Matérias-primas e produtos para revenda	(18.161)	(24.987)
Materiais, serviços, fretes, alugueis e outros	(15.852)	(14.858)
Depreciação, depleção e amortização	(12.649)	(8.516)
Gastos com pessoal	(7.609)	(7.754)
Participação governamental	(2.433)	(4.554)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(2.051)	(941)
(Perdas)/ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.146)	(833)
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	(579)	(576)
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(503)	863
Tributárias	(542)	(753)
Reversão/(perda) no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(294)	(3)
Relações institucionais e projetos culturais	(238)	(381)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(79)	(71)
Resultado com alienações/baixas de ativos	(98)	406
Variação dos estoques	45	1.604
	(62.189)	(61.354)
Na Demonstração do Resultado		
Custo dos produtos e serviços vendidos	(49.329)	(51.943)
Despesas com vendas	(3.751)	(1.724)
Despesas gerais e administrativas	(2.652)	(2.710)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(1.147)	(983)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(503)	(564)
Tributárias	(542)	(753)
Outras despesas líquidas	(4.265)	(2.677)
	(62.189)	(61.354)

26. Resultado financeiro líquido

	Consolidado	
	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2015
Despesa com endividamentos	(6.779)	(4.627)
Variações cambiais e monetárias sobre endividamento líquido ^(*)	(4.132)	(2.533)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	456	503
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(10.455)	(6.657)
Encargos financeiros capitalizados	1.476	1.448
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	28	(11)
Resultado com títulos e valores mobiliários	17	6
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	683	(170)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(442)	(237)
Resultado financeiro líquido	(8.693)	(5.621)
Receitas	886	734
Despesas	(6.146)	(3.691)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(3.433)	(2.664)
	(8.693)	(5.621)

^(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

27. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado	
	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2015
Valores pagos e recebidos durante o período		
Imposto de renda e contribuição social	180	621
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	1.180	1.091
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo	90	9
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	22	68

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Informações por segmento

Em 28 de abril de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou os ajustes estatutários de acordo com a nova estrutura organizacional da companhia e seu novo modelo de gestão e governança, com o objetivo de alinhar a organização à nova realidade do setor de óleo e gás e priorizar a rentabilidade e disciplina de capital. O novo modelo de gestão não prevê a descontinuidade de negócios da companhia, porém envolve unificação de atividades.

Considerando as adequações ao novo modelo de gestão, a estrutura de informações segmentadas poderá vir a ser reavaliada, caso entenda-se necessário, a fim de fornecer aos gestores informações suficientes para avaliação do desempenho dos negócios, bem como, para a tomada de decisão sobre a alocação de recursos e /ou investimentos.

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 31.03.2016

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	15.454	32.691	8.306	194	9.314	92.491	(12.207)	146.243
Não circulante	459.375	142.003	64.986	2.032	11.702	34.106	(1.287)	712.917
Realizável a longo prazo	25.369	9.357	4.882	12	3.539	25.608	(1.150)	67.617
Investimentos	6.339	4.264	1.796	1.667	127	23	-	14.216
Imobilizado	419.329	127.749	57.092	353	7.233	7.605	(137)	619.224
Em operação	303.533	111.594	48.928	351	6.152	6.503	(137)	476.924
Em construção	115.796	16.155	8.164	2	1.081	1.102	-	142.300
Intangível	8.338	633	1.216	-	803	870	-	11.860
Ativo	474.829	174.694	73.292	2.226	21.016	126.597	(13.494)	859.160

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 31.12.2015

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	14.215	35.247	10.398	176	8.979	112.715	(12.149)	169.581
Não circulante	469.181	142.384	65.625	1.709	11.609	41.350	(1.304)	730.554
Realizável a longo prazo	25.250	9.309	5.303	12	3.355	32.792	(1.142)	74.879
Investimentos	7.054	3.431	1.781	1.339	134	33	-	13.772
Imobilizado	428.447	128.982	57.300	358	7.296	7.610	(162)	629.831
Em operação	310.761	112.470	47.611	317	6.175	5.798	(162)	482.970
Em construção	117.686	16.512	9.689	41	1.121	1.812	-	146.861
Intangível	8.430	662	1.241	-	824	915	-	12.072
Ativo	483.396	177.631	76.023	1.885	20.588	154.065	(13.453)	900.135

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 31.03.2016

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	23.675	53.085	9.391	228	25.231	-	(41.273)	70.337
Intersegmentos	22.988	15.557	2.130	219	379	-	(41.273)	-
Terceiros	687	37.528	7.261	9	24.852	-	-	70.337
Custo dos produtos vendidos	(20.837)	(39.099)	(7.563)	(248)	(23.291)	-	41.709	(49.329)
Lucro bruto	2.838	13.986	1.828	(20)	1.940	-	436	21.008
Despesas	(3.611)	(2.491)	(734)	(118)	(1.987)	(3.992)	73	(12.860)
Vendas, gerais e administrativas	(508)	(2.155)	(634)	(25)	(1.691)	(1.481)	91	(6.403)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(1.147)	-	-	-	-	-	-	(1.147)
Pesquisa e desenvolvimento	(209)	(68)	(21)	(2)	-	(203)	-	(503)
Tributárias	(62)	(143)	(170)	(2)	(38)	(127)	-	(542)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.685)	(125)	91	(89)	(258)	(2.181)	(18)	(4.265)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	(773)	11.495	1.094	(138)	(47)	(3.992)	509	8.148
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(8.693)	-	(8.693)
Resultado de participações em investimentos	(99)	375	56	43	7	6	-	388
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(872)	11.870	1.150	(95)	(40)	(12.679)	509	(157)
Imposto de renda e contribuição social	263	(3.908)	(372)	47	16	3.904	(174)	(224)
Lucro líquido (prejuízo)	(609)	7.962	778	(48)	(24)	(8.775)	335	(381)
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	(605)	7.976	757	(48)	(25)	(9.636)	335	(1.246)
Acionistas não controladores	(4)	(14)	21	-	1	861	-	865
	(609)	7.962	778	(48)	(24)	(8.775)	335	(381)

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 31.03.2015 ^(*)

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia ^(**)	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	27.037	56.115	10.993	156	27.158	-	(47.106)	74.353
Intersegmentos	26.029	18.735	1.689	150	503	-	(47.106)	-
Terceiros	1.008	37.380	9.304	6	26.655	-	-	74.353
Custo dos produtos vendidos	(20.006)	(44.670)	(9.249)	(164)	(24.818)	-	46.964	(51.943)
Lucro bruto	7.031	11.445	1.744	(8)	2.340	-	(142)	22.410
Despesas	(1.877)	(2.172)	(131)	(37)	(1.428)	(3.935)	169	(9.411)
Vendas, gerais e administrativas	(469)	(1.721)	627	(27)	(1.457)	(1.558)	171	(4.434)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(983)	-	-	-	-	-	-	(983)
Pesquisa e desenvolvimento	(220)	(95)	(43)	(6)	(1)	(199)	-	(564)
Tributárias	(52)	(184)	(719)	-	(33)	235	-	(753)
Outras receitas (despesas), líquidas	(153)	(172)	4	(4)	63	(2.413)	(2)	(2.677)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	5.154	9.273	1.613	(45)	912	(3.935)	27	12.999
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(5.621)	-	(5.621)
Resultado de participações em investimentos	20	65	100	(20)	8	-	-	173
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	5.174	9.338	1.713	(65)	920	(9.556)	27	7.551
Imposto de renda e contribuição social	(1.752)	(3.153)	(549)	16	(310)	2.734	(9)	(3.023)
Lucro líquido (prejuízo)	3.422	6.185	1.164	(49)	610	(6.822)	18	4.528
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	3.413	6.183	1.087	(49)	609	(5.931)	18	5.330
Acionistas não controladores	9	2	77	-	1	(891)	-	(802)
	3.422	6.185	1.164	(49)	610	(6.822)	18	4.528

^(*) Para fins de comparabilidade e avaliação, a demonstração do resultado do primeiro trimestre de 2015 foi ajustada, conforme explicado na nota explicativa 4.2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

^(**) Para efeito de comparação, o lucro líquido do 1T-2015 considera a despesa de ICMS sobre aquisição de gás natural, anteriormente classificada na área Corporativa (R\$ 516).

Notas Explicativas



(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Informações por Atividades no Exterior

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Distribuição
Ativo - 31.03.2016	28.488	4.756	1.526	2.813
Demonstração do resultado - 31.03.2016				
Receita de vendas	1.466	2.886	558	3.184
Intersegmentos	842	2.208	31	2
Terceiros	624	678	527	3.182
Lucro bruto	480	(118)	101	314
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	268	(219)	84	79
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	111	(210)	112	72
Ativo - 31.12.2015	31.683	5.459	1.577	3.057
Demonstração do resultado - 31.03.2015				
Receita de vendas	1.320	3.295	355	3.104
Intersegmentos	732	834	24	3
Terceiros	588	2.461	331	3.101
Lucro bruto	417	149	58	288
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	393	17	41	75
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	352	5	69	63



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

29. Processos judiciais e contingências

29.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se a revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime e diferenças de cálculo nos repousos semanais remunerados;
- Processos fiscais, incluindo a não homologação de compensações de tributos federais, estaduais e as demandas relacionadas ao recolhimento de ICMS na venda de querosene de aviação;
- Processos cíveis referentes a perdas e danos pelo desfazimento de operação de cessão de crédito prêmio de IPI e cobrança de *royalties* sobre a atividade de extração de xisto; e
- Processo ambiental referente à indenização aos pescadores pelo derramamento de óleo no Rio de Janeiro, em janeiro de 2000.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
Passivo não circulante		
Processos trabalhistas	3.603	3.323
Processos fiscais	3.640	3.087
Processos cíveis	2.311	2.069
Processos ambientais	233	282
Outros processos	11	15
	9.798	8.776
Saldo inicial	8.776	4.091
Adição	1.052	5.294
Utilização	(163)	(989)
Atualização de juros	204	346
Outros	(71)	34
Saldo final	9.798	8.776

29.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
Ativo não circulante		
Fiscais	4.222	4.076
Cíveis	2.767	2.693
Trabalhistas	2.833	2.670
Ambientais	307	305
Outros	13	14
	10.142	9.758



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

29.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de março de 2016, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	Consolidado
Natureza	
Fiscais	116.627
Trabalhistas	26.143
Cíveis - Gerais	19.789
Cíveis - Ambientais	5.976
Outras	91
	168.626

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	
1) Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e PIS/COFINS- importação sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de plataformas. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	32.868
2) Dedução imediata da base de cálculo do IRPJ e CSLL de gastos com desenvolvimento da produção de petróleo nos exercícios de 2008 e 2009. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	12.060
3) Pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	8.347
4) Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores pagos ao Plano Petros, bem como de despesas diversas incorridas em 2007 e 2008 relacionadas a benefícios empregatícios e Petros. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	7.630
5) Lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior, nos exercícios de 2005 até 2010, não adicionado à base de cálculo do IRPJ e CSLL. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	6.719
6) Incidência da contribuição previdenciária sobre pagamento de abonos e gratificação contingente a empregados. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	2.445
7) Cobrança da CIDE-Combustível no período de março de 2002 a outubro de 2003 em transações com distribuidoras e postos de combustíveis detentores de medidas liminares que determinavam a venda sem repasse do referido tributo. Situação atual: A questão envolve processos na esfera judicial.	2.045
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.	
8) Cobrança de ICMS por falta de emissão de nota fiscal na movimentação da sonda para o bloco exploratório e no retorno desta embarcação, bem como quanto à cobrança decorrente do desenquadramento da admissão temporária pelo fato de o desembarço aduaneiro da importação da sonda ter sido realizado no Estado do RJ e não no Estado de SP. Situação atual: A questão envolve processos em fase judicial.	5.259
9) Aplicação de diferimento de ICMS nas operações de venda de Biodiesel B100, bem como pelo uso da alíquota de 7% em operações interestaduais de venda de Biodiesel B100 com os Estados do Centro-Oeste, Norte, Nordeste e com o Estado do ES. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa.	2.490
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ e BA.	
10) Exigência de ICMS em operações de saída de Líquido de Gás Natural – LGN e C5+ com emissão de documento fiscal não aceito pela fiscalização, bem como questionamento do direito ao aproveitamento do crédito. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	3.875
Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Maratáizes, Linhares, Vila Velha e Vitória.	
11) Cobrança do imposto incidente sobre serviços prestados em águas marítimas (ISSQN), em favor de alguns municípios do Estado do Espírito Santo sob o argumento de que o serviço fora executado em seus "respectivos territórios marítimos". Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	3.130
Autor: Secretarias de Fazenda dos Estados de SP, RS e SC.	
12) Cobrança do ICMS referente à importação de gás natural proveniente da Bolívia, sob a alegação de serem esses Estados os destinatários finais (consumidores) do gás importado. Situação atual: A questão envolve processos nas esferas judicial e administrativa, além de três ações cíveis originárias em trâmite no	2.586



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Supremo Tribunal Federal.	
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, RN, AL, AM, PA, BA, GO, MA e SP.	
13) Crédito de ICMS não estornado em razão de saídas isentas ou não tributadas promovidas por terceiros em operações subsequentes.	
Situação atual: A questão envolve processos que se encontram na esfera administrativa e judicial diversas.	2.235
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, SP, PR, RO e MG.	
14) Cobrança de diferenças de alíquotas de ICMS decorrente de vendas de QAV para empresas aéreas no mercado interno e outros questionamentos decorrentes da utilização de benefício fiscal de ICMS.	
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial.	3.079
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do PR, AM, BA, ES, PA, PE e PB.	
15) Incidência de ICMS sobre diferenças no controle de estoques físico e o fiscal.	
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	1.758
Autor: Secretaria de Fazenda dos Estados do RJ, SP, ES e BA.	
16) Apropriação de crédito de ICMS sobre aquisições de mercadorias que, no entendimento da fiscalização, não configurariam bens do ativo imobilizado.	
Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa, e outros na esfera judicial.	1.713
Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco.	
17) Cobrança de ICMS sobre as vendas interestaduais de gás natural com destino às distribuidoras localizadas em seu Estado. A fiscalização entende que as operações seriam de transferência, uma vez que as atividades realizadas no city-gate são de industrialização, caracterizando-o como um estabelecimento e consequentemente exigindo a diferença entre o imposto incidente na operação de venda e de transferência.	
Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa, e outros na esfera judicial.	1.506
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do RJ, SP, SE e BA.	
18) Aproveitamento de créditos de ICMS na aquisição de brocas e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração.	
Situação atual: A questão envolve processos em fases administrativa e judicial diversas.	1.290
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados de SP, CE, PB, RJ, BA e PA.	
19) Cobrança e creditamento de ICMS em operações de consumo interno de óleo bunker e óleo diesel marítimo destinados a embarcações afretadas.	
Situação atual: Há autuações lavradas pelos Estados, sendo algumas discutidas ainda na esfera administrativa e outras na esfera judicial.	1.250
20) Processos diversos de natureza fiscal	14.342
Total de processos de natureza fiscal	116.627

Descrição dos processos de natureza trabalhista

	Estimativa
Autor: SINDIPETRO dos estados do ES, RJ, BA, MG, SP, PE, RN, PR, SC e RS.	
1) Ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).	
Situação atual: A companhia ajuizou perante o Tribunal Superior do Trabalho dissídio coletivo de natureza jurídica, no qual, em 19 de outubro de 2015, foi julgado procedente o pedido da companhia e encaminhado ao Tribunal Pleno para uniformização do entendimento sobre a matéria no âmbito do TST.	12.179
Autor: SINDIPETROS dos estados do ES, RJ, BA, MG, SP, PR, CE, SC, SE, PE e RS (*)	
2) Ações coletivas que objetivam diferenças salariais decorrentes da alteração do critério de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados, observando proporção superior à instituída pela Lei nº 605/49.	
Situação atual: Os processos coletivos e individuais sobre a matéria, que ainda não transitaram em julgado, estão em análise de recursos perante o Tribunal Superior do Trabalho (TST), aguardando julgamento. Em relação ao processo proposto pelo SINDIPETRO/NF (RJ), a companhia propôs Ação Rescisória processada no TST, cujo mérito ainda não foi julgado.	4.956
Autor: Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – SINDIPETRO/NF.	
3) O Autor objetiva a condenação da companhia a remunerar como extraordinária a jornada de trabalho que ultrapassar o limite de 12 horas diárias de trabalho efetivo em regime de sobreaviso. Pretende, ainda, que a companhia seja obrigada a respeitar o limite de 12 horas de efetivo trabalho em regime de sobreaviso, sob pena de multa diária.	
Situação atual: O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho, para julgamento dos recursos interpostos pelas partes.	1.129
4) Processos diversos de natureza Trabalhista	7.879
Total de processos de natureza trabalhista	26.143

(*) Foram incluídas ações que estavam apresentadas como "processos diversos", além da revisão de estimativa.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa
Autor: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- ANP.	
1) Processos que discutem a determinação da ANP de: unificar os campos de Lula e Cernambi no Consórcio BM-S-11, unificar os Campos de Baúna e Piracaba, e unificar os Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, gerando assim impactos no recolhimento das participações especiais (PE). Situação atual: As questões envolvem processos judiciais e arbitrais. Por força de decisões judiciais as arbitragens estão suspensas. No caso dos campos de Lula e Cernambi, os valores das supostas diferenças de participações especiais foram depositados judicialmente, porém com a cassação da liminar favorável, atualmente as diferenças têm sido pagas diretamente para a ANP até que seja reformada a decisão judicial correspondente. No caso dos campos de Baúna e Piracaba, por força de decisão liminar concedida pelo Judiciário, a companhia deposita o valor controvertido das participações especiais em juízo. No caso da unificação dos Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, por força de decisões judiciais e do próprio Tribunal Arbitral a cobrança das supostas diferenças de participação especial a maior encontra-se suspensa.	5.138
2) Processos administrativos que discutem diferença de participação especial e royalties em vários campos. Inclui também discussão por multas aplicadas pela ANP por suposto descumprimento de programa exploratório mínimo e irregularidades nos sistemas de medição de plataformas. Situação atual: As questões envolvem processos em fase administrativa e judicial diversas.	5.035
Autor: Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A.	
3) Ação de indenização na qual busca ressarcimento pelos danos causados por uma suposta conduta anticoncorrencial na venda de gasolina, diesel e GLP no mercado interno. Situação atual: A questão envolve processo em fase judicial, onde a companhia foi condenada em 1º instância. A companhia tem buscado assegurar os seus direitos, sendo certo que o CADE já analisou o tema e decidiu pela ausência de postura anticoncorrencial da companhia.	1.696
Autor: Vantage Deepwater Company e Vantage Deepwater Drilling Inc.	
4) Arbitragem nos Estados Unidos sobre rescisão unilateral de contrato de prestação de serviço de perfuração vinculado ao navio-sonda Titanium Explorer. Situação atual: O processo se encontra em fase de <i>discovery</i> (fase do direito americano em que são levantadas evidências documentais e de natureza diversa) e escolha do presidente do painel arbitral, onde a companhia busca seus direitos apresentando documentos para a comprovação de que o autor descumpriu obrigações contratuais.	1.424
5) Processos diversos de natureza cível	6.496
Total de processos de natureza cível	19.789

Descrição dos processos de natureza ambiental	Estimativa
Autor: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual do Paraná, AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária e IAP - Instituto Ambiental do Paraná.	
1) Processo judicial que discute obrigação de fazer, indenização em pecúnia e dano moral referente ao acidente ambiental havido no Estado do Paraná em 16 de julho de 2000. Situação atual: Processos julgados procedentes em parte, mediante sentença contra a qual autores e a companhia, ré, interpuseram recursos de apelação.	2.513
Autor: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e Ministério Público Federal.	
2) Processos administrativos decorrentes de multas ambientais relacionadas a operação de exploração e produção (<i>upstream</i>) impugnadas em virtude de divergência quanto à interpretação e aplicação de normas pelo IBAMA, bem como uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal por suposto dano ambiental em virtude do afundamento acidental da Plataforma P-36. Situação atual: Aguarda-se julgamento de defesa e recurso na esfera administrativa quanto às multas e, no que toca a ação civil pública, a companhia recorreu da sentença que lhe foi desfavorável no juízo de primeiro grau e acompanha o trâmite do recurso que será julgado pelo Tribunal Regional Federal.	1.141
3) Processos diversos de natureza ambiental	2.322
Total de processos de natureza ambiental	5.976

29.4. Ações coletivas e processos relacionados contra Petrobras nos Estados Unidos

29.4.1. Ações coletivas (*class actions*) e processos relacionados

Entre 8 de dezembro de 2014 e 7 de janeiro de 2015, cinco ações coletivas (*class actions*) foram propostas contra a companhia perante a Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, nos Estados Unidos (United States District Court for the Southern District of New York). Estas ações foram consolidadas em 17 de fevereiro de 2015 (“Ação Coletiva Consolidada”). A Corte designou um autor líder, Universities Superannuation Scheme Limited (“USS”), em 4 de março de 2015, que apresentou petição inicial consolidada em 27 de março de 2015, pretendendo representar investidores que:

- adquiriram valores mobiliários da Petrobras negociados na Bolsa de Nova Iorque ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos da América entre 22 de janeiro de 2010 e 19 de março de 2015 (o “Período da Classe”) e que sofreram perdas;



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

- b) adquiriram as *Notes* emitidas em 2012, de acordo com o registro da Petrobras para emissão de valores mobiliários no mercado americano atualizado em 2009, ou as *Notes* emitidas em 2013 ou as *Notes* emitidas em 2014, de acordo com o registro da Petrobras para emissão de valores mobiliários no mercado americano atualizado em 2012, dentro do Período da Classe e que sofreram perdas; e
- c) adquiriram valores mobiliários da Petrobras no Brasil durante o Período da Classe e que também adquiriram valores mobiliários da Petrobras negociados na Bolsa de Nova Iorque ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos da América no mesmo período.

O autor líder da ação coletiva consolidada alega que a companhia, através de fatos relevantes, comunicados e outras informações arquivadas na SEC, teria reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de induzir os investidores a erro, principalmente com relação ao valor de seus ativos, despesas, lucro líquido e eficácia de seus controles internos sobre as demonstrações contábeis e as políticas anticorrupção da companhia, em função de denúncias de corrupção com relação a determinados contratos, o que teria supostamente elevado artificialmente o preço dos valores mobiliários da Petrobras.

Em 17 de abril de 2015, a Petrobras, sua controlada Petrobras Global Finance BV ("PGF") e os Bancos subscritores de ofertas públicas de títulos ("Bancos Subscritores") apresentaram *Motion to Dismiss*, uma defesa em que são apresentados argumentos jurídicos requerendo a extinção sumária do processo.

Em 9 de julho de 2015, o Juiz emitiu decisão sobre a *Motion to Dismiss*, acolhendo parcialmente os argumentos da companhia. O Juiz reconheceu, dentre outros pontos, que os pedidos relacionados à emissão de certos títulos de dívida realizada nos EUA em 2012 com base no Securities Act de 1933 estão prescritos e que os pedidos relativos aos valores mobiliários adquiridos no Brasil estão sujeitos à resolução por arbitragem, conforme previsto no Estatuto Social da Petrobras. O Juiz rejeitou os outros argumentos apresentados na *Motion to Dismiss* e, com base nesta decisão, a Ação Coletiva Consolidada continuou quanto aos demais pleitos.

Conforme autorizado pelo Juiz, foram apresentadas novas petições consolidadas em 16 de julho de 2015, 1º de setembro de 2015 e 30 de novembro de 2015. Essa última foi apresentada pelo autor líder USS e três outros autores (Union Asset Management Holding AG; Employees' Retirement System of the State of Hawaii; e North Carolina Department of State Treasurer), contendo os pleitos da Ação Coletiva Consolidada que não foram rejeitados ou que o Juiz autorizou fossem reformulados em sua decisão de 9 de julho de 2015. Essa petição consolidada também estende o Período da Classe até 28 de julho de 2015, além de incluir a Petrobras America Inc. ("PAI") como ré.

Em 7 de dezembro de 2015, a Petrobras, PGF, PAI e os Bancos Subscritores apresentaram *Motion to Dismiss* contra a petição consolidada.

Em 20 de dezembro de 2015, o Juiz emitiu decisão sobre essa *Motion to Dismiss*, acolhendo parcialmente os argumentos da companhia. Dentre outras decisões, o Juiz rejeitou os pleitos dos autores da petição consolidada baseados na aquisição de títulos emitidos pela companhia quando não conseguiram provar que foram adquiridos em transações ocorridas nos EUA. O Juiz também rejeitou pleitos baseados na Securities Act de 1933 em relação a certas aquisições quando os autores não conseguiram demonstrar que se basearam nas informações divulgadas pela Petrobras. Já que outros argumentos da *Motion to Dismiss* foram rejeitados, a Ação Coletiva Consolidada continuará quanto aos demais pleitos.

Em 15 de outubro de 2015, os autores apresentaram uma petição requerendo a certificação de classe para a Ação Coletiva Consolidada e, em 6 de novembro de 2015, a Petrobras, PGF, PAI e os Bancos Subscritores apresentaram petição impugnando tal requerimento. Em 2 de fevereiro de 2016, o Juiz acolheu a petição para certificação de classe, determinando que os representantes da classe de investidores cujos pleitos se baseiam no Securities Act serão os autores Employees' Retirement System of the State of Hawaii e North Carolina Department of State Treasurer e o representante da classe dos investidores cujos pleitos se baseiam no *Exchange Act* será o autor Universities Superannuation Scheme Limited.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Adicionalmente à Ação Coletiva Consolidada, até a presente data, vinte e nove ações (duas delas suspensas) foram propostas por investidores individuais perante a mesma Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque nos Estados Unidos (Southern District of New York) com alegações similares àquelas apresentadas na ação coletiva. Em 21 de agosto de 2015, a Petrobras, a PGF e os Bancos subscritores de ofertas públicas de títulos da PGF apresentaram *Motion to Dismiss* contra algumas ações individuais e, em 15 de outubro de 2015, o Juiz acolheu parcialmente essa defesa. O Juiz reconheceu, dentre outros pontos, a prescrição de certos pleitos baseados no Exchange Act, no Securities Act, e em legislações estaduais. O Juiz rejeitou os outros argumentos apresentados na *Motion to Dismiss* e, com base nesta decisão, essas ações terão seguimento. Além disso, uma ação semelhante foi apresentada por investidores individuais no Distrito Leste da Pensilvânia.

Em 31 de outubro de 2015, o Juiz determinou que a Ação Coletiva Consolidada e as ações individuais de sua competência ajuizadas em Nova Iorque serão resolvidas por um júri em um único julgamento que deverá durar no máximo oito semanas.

Em 5 de novembro de 2015, o Juiz determinou que a audiência de julgamento começará no dia 19 de setembro de 2016 e, em 18 de novembro de 2015, o Juiz determinou que qualquer ação individual apresentada após 31 de dezembro de 2015 será suspensa para todos os efeitos até o encerramento do julgamento previsto.

Essas ações estão em estágio preliminar e envolvem questões bastante complexas, sujeitas a incertezas substanciais e que dependem de fatores como: ineditismo de teses jurídicas, o ritmo do procedimento *probatório* (*discovery*), o cronograma definido pela corte, o *tempo das* decisões judiciais, a obtenção de provas em poder de terceiros ou oponentes, a decisão da corte em questões chave, análises de peritos e a possibilidade de as partes, de boa-fé, negociarem um potencial acordo.

Além disso, as pretensões formuladas são amplas, abrangem vários anos e envolvem uma diversidade de atividades e, em particular, os argumentos dos autores na Ação Coletiva Consolidada e nas ações individuais acerca do valor dos danos alegados são variados, fazendo com que, na fase atual, o impacto sobre o curso dos litígios seja complexo e incerto.

As incertezas inerentes a todas estas questões afetam o montante e o tempo da decisão final destas ações. Como resultado, a companhia não é capaz de produzir uma estimativa confiável da potencial perda nesses litígios.

A depender do desfecho do caso, a companhia poderá ter que pagar valores substanciais, os quais poderiam ter um efeito material adverso em sua condição financeira, nos seus resultados consolidados ou no seu fluxo de caixa consolidado em um determinado período.

A companhia contratou um escritório de advocacia norte-americano especializado e irá se defender firmemente em relação às alegações feitas nessas ações.

29.4.2. Ação movida pela EIG relativa à Sete Brasil

Em 23 de fevereiro de 2016, EIG Management Company (EIG) e afiliadas propuseram ação judicial em face da Petrobras perante corte federal em Washington, EUA, alegando que a companhia teria praticado fraude ao induzir os autores a investir na Sete Brasil Participações S.A. ("Sete"), através de comunicações que teriam deixado de revelar o suposto esquema de corrupção em que a Petrobras e a "Sete" estavam alegadamente envolvidas e que os investimentos dos autores na "Sete" permitiram à Petrobras perpetuar e expandir o esquema de corrupção. As alegações e pedidos formulados nessa ação, que está em estágio preliminar, estão sendo avaliados pela Petrobras. A companhia irá contratar advogados norte-americanos especializados para promover a sua defesa.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

30. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no total de R\$ 7.710 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 4.721 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 4.068 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 653 referem-se a garantias bancárias.

31. Gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua. Para a gestão de riscos de mercado/financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa. Na companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições de instrumentos financeiros derivativos mantidos pela companhia em 31 de março de 2016, reconhecidas como outros ativos e passivos circulantes, além dos valores reconhecidos no resultado, outros resultados abrangentes do exercício e garantias dadas como colaterais por natureza das operações:

	Posição patrimonial consolidada				
	Valor nominal		Valor Justo		Vencimento
	31.03.2016	31.12.2015	Posição Ativa (Passiva)	31.12.2015	
Derivativos não designados como Hedge					
Contratos Futuros ⁽¹⁾	(8.453)	(5.694)	4	149	
Compra/Petróleo e Derivados	37.655	53.735	-	-	2016
Venda/Petróleo e Derivados	(46.108)	(59.429)	-	-	2016
Contratos de Opções ⁽¹⁾	100	123	-	38	
Compra/Petróleo e Derivados	100	-	-	-	2016
Venda/Petróleo e Derivados	-	123	-	38	2016
Contratos a Termo			(6)	24	
Compra/Câmbio (ARS/USD) ^(**)	USD 0	USD 0	-	-	2016
Compra/Câmbio (BRL/USD) ^(**)	USD 218	USD 217	(6)	23	2016
Venda/Câmbio (BRL/USD) ^(**)	USD 0	USD 50	-	1	2016
Derivativos designados como Hedge					
SWAP			(33)	(130)	
Câmbio - cross currency swap ^(**)	USD 298	USD 298	36	(62)	2016
Juros - Libor/taxa fixa ^(**)	USD 384	USD 396	(69)	(68)	2017
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			(35)	81	

⁽¹⁾ Valor nominal em mil bbl

^(**) Valores em USD representam milhões de dólares.

	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado do período ⁽¹⁾		Ganho/(Perda) reconhecido(a) no patrimônio líquido ^(**)		Garantias dadas como colaterais	
	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2015	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2015	31.03.2016	31.12.2015
Derivativos de commodities	20	(42)	-	-	217	36
Derivativos de moeda	16	38	8	4	-	-
Derivativos de juros	(8)	(7)	(8)	(5)	-	-
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações ^(***)	28	(11)	-	(1)	217	36
	(2.900)	(824)	24.913	(27.476)	-	-
	(2.872)	(835)	24.913	(27.477)	217	36

⁽¹⁾ Valores reconhecidos como resultado financeiro no período.

^(**) Valores reconhecidos como outros resultados abrangentes no período.

^(***) Utilizando instrumentos financeiros não derivativos, conforme nota explicativa 31.2.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade com relação aos diferentes tipos de risco de mercado aos quais a companhia está exposta com base em sua posição em instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2016 é apresentada a seguir:

Operações	Risco	Consolidado		
		Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Derivativos não designados como Hedge				
Contratos Futuros	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	16	(267)	(551)
Contratos a Termo	Câmbio - Desvalorização do BRL frente ao USD	39	(194)	(388)
Opções	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	-	(1)	(1)
		55	(462)	(940)
Derivativos designados como Hedge				
SWAP				
Dívida	Câmbio - Apreciação do JPY frente ao USD	(25)	(224)	(373)
Efeito Líquido		25	224	373
		-	-	-
SWAP				
Dívida	Juros - Alta da taxa LIBOR	4	(5)	(9)
Efeito Líquido		(4)	5	9
		-	-	-

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Preços de Petróleo e Derivados: valor justo em 31/mar/2016 / Real x Dólar - desvalorização do real em 5,1% / Iene x Dólar - desvalorização do iene em 2,3% / Peso x Dólar - desvalorização do peso em 9,6% / Curva Futura de LIBOR - aumento de 0,11% ao longo da curva. Fonte: Focus e Bloomberg

31.1. Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, evitando utilizar derivativos para proteger operações de compra ou venda de mercadorias cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais. As operações com derivativos existentes referem-se, usualmente, à proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo.

31.2. Gerenciamento de risco cambial

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Petrobras busca identificá-los e tratá-los considerando uma análise integrada dos negócios aproveitando os benefícios inerentes à diversificação. No curto prazo, o tratamento do risco é realizado por meio da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda. A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da companhia.

a) Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da companhia

A companhia designa relações de *hedge* entre "exportações futuras altamente prováveis" (item protegido) e parcelas de certas obrigações em dólares norte-americanos (instrumentos de proteção), de forma que os efeitos cambiais de ambos sejam reconhecidos ao mesmo momento na demonstração de resultado.

Parcelas dos saldos de principal e juros de dívidas (instrumentos financeiros não derivativos), bem como contratos de câmbio a termo foram designados como instrumentos de proteção. Os derivativos vencidos no decorrer do período foram substituídos por saldos de principal e juros de dívidas nas relações de *hedge* para os quais haviam sido designados.

As relações de *hedge* individuais foram estabelecidas na proporção de um para um, ou seja, para uma parcela de "exportações futuras altamente prováveis" de cada mês foi designada uma relação de *hedge* individual, protegida por uma parcela do endividamento. A companhia considera como "exportações futuras altamente prováveis" apenas uma parte do total de suas exportações previstas.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Caso as exportações designadas em relação de *hedge* deixem de ser consideradas altamente prováveis, mas continuem previstas, a relação de *hedge* é revogada e a variação cambial acumulada até a data da revogação é mantida no patrimônio líquido, sendo reclassificado para o resultado no momento em que as exportações ocorrerem.

Também podem ocorrer situações em que as exportações designadas em relação de *hedge* deixem de ser previstas. Nesses casos, a variação cambial, referente às dívidas que excederam o total de exportações previstas, acumulada no patrimônio líquido até a data da revogação, é reclassificada imediatamente para o resultado.

Em março de 2016, exportações designadas em relação de *hedge* para alguns meses do ano 2016 deixaram de ser previstas e realizadas, implicando na revogação da relação de *hedge* e na reclassificação da variação cambial acumulada no patrimônio líquido para o resultado. Essa parcela de variação cambial de R\$ 734, foi reconhecida no resultado do primeiro trimestre de 2016 principalmente em função do recuo nos preços de petróleo.

Os valores dos instrumentos de proteção em 31 de março de 2016, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa BRL/USD de 3,5589, são apresentados a seguir:

Instrumento de <i>hedge</i>	Objeto de <i>hedge</i>	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Valor dos instrumentos de proteção em 31 de março de 2016	
				Valor principal (US\$ milhões)	
Instrumentos financeiros não derivativos (dívidas e juros)	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Abril de 2016 a Março de 2027	62.827	223.595

Movimentação do valor de referência (principal e juros)	US\$ milhões	R\$
Designação em 31 de dezembro de 2015	61.520	240.222
Novas designações, revogações e redesignações	3.082	12.296
Realização por exportações	(479)	(1.901)
Amortização de endividamento	(1.296)	(5.009)
Variação Cambial	-	(22.013)
Valor em 31 de março de 2016	62.827	223.595

A relação entre dívidas designadas em relações de *hedge* e exportações futuras altamente prováveis segue a seguinte distribuição no tempo:

	Consolidado									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2027	Média
Valor protegido/Exportações futuras altamente prováveis (%)	66	75	80	78	77	61	57	54	52	60

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em outros resultados abrangentes em 31 de março de 2016, a ser realizada pelas exportações:

	Variação cambial	Efeito tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(88.319)	30.028	(58.291)
Reconhecido no patrimônio líquido	22.013	(7.484)	14.529
Transferido para resultado por realização	2.166	(736)	1.430
Transferido para resultado por exportações previstas que deixaram de ser esperadas/realizadas	734	(250)	484
Saldo em 31 de março de 2016	(63.406)	21.558	(41.848)



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo Brent mais baixo em US\$ 10/barril que o considerado na última revisão do PNG 2015-2019, indicaria a necessidade de reclassificação de aproximadamente R\$ 783 do patrimônio líquido para o resultado.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 31 de março de 2016 é demonstrada a seguir:

	Consolidado									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2027	Total
Expectativa de realização	(7.183)	(11.245)	(11.626)	(9.225)	(7.345)	(6.819)	(7.189)	(4.394)	1.620	(63.406)

b) Hedge de fluxo de caixa envolvendo contratos de swap - Iene x Dólar

A companhia também mantém uma operação de *hedge* denominada *cross currency swap* para fixar em dólares norte-americanos os custos relacionados a *Bonds* emitidos em ienes, não tendo intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento. A relação entre o derivativo e o empréstimo também foi designada como *hedge* de fluxo de caixa.

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

Instrumentos	Exposição em 31.03.2016	Risco	Consolidado		
			Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Ativos	15.334		780	3.834	7.667
Passivos	(241.139)	Dólar / Real	(12.271)	(60.284)	(120.569)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	223.596		11.378	55.899	111.798
	(2.209)		(113)	(551)	(1.104)
Passivos (**)	(2.126)	Iene / Dólar	50	(531)	(1.062)
	(2.126)		50	(531)	(1.062)
Ativos	36	Euro / Real	-	9	18
Passivos	(227)		1	(57)	(113)
	(191)		1	(48)	(95)
Ativos	31.962	Euro / Dólar	(1.743)	7.990	15.981
Passivos	(63.447)		3.459	(15.861)	(31.723)
	(31.485)		1.716	(7.871)	(15.742)
Ativos	21	Libra / Real	1	5	11
Passivos	(82)		(3)	(20)	(41)
	(61)		(2)	(15)	(30)
Ativos	9.207	Libra / Dólar	(122)	2.302	4.604
Passivos	(18.333)		242	(4.583)	(9.167)
	(9.126)		120	(2.281)	(4.563)
Ativos	2.025	Dólar / Peso	186	506	1.013
Passivos	(2.079)		(191)	(520)	(1.040)
	(54)		(5)	(14)	(27)
	(45.252)		1.767	(11.311)	(22.623)

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - desvalorização do real em 5,1% / Iene x Dólar - desvalorização do iene em 2,3% / Peso x Dólar - desvalorização do peso em 9,6% / Euro x Dólar - desvalorização do euro em 5,2% / Libra x Dólar - desvalorização da libra em 1,3% / Real x Euro - valorização do real em 0,4% / Real x Libra - desvalorização do real em 3,8%. Fonte: Focus e Bloomberg

(**) Parte da exposição está protegida pelo derivativo Cross Currency Swap



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

31.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Petrobras, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, em função de não acarretarem impacto relevante, exceto em função de situações específicas apresentadas por controladas da Petrobras.

31.4. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

A carteira de crédito comercial é bastante diversificada entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior. O crédito concedido a instituições financeiras é utilizado na aceitação de garantias, na aplicação de excedentes de caixa e na definição de contrapartes em operações de derivativos, sendo distribuído entre os principais bancos internacionais classificados como "grau de Investimento" pelas principais classificadoras internacionais de riscos e os bancos brasileiros com classificação mínima de risco A2/F2.

31.5. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela companhia através de ações como: centralização do caixa do sistema, otimizando as disponibilidades e reduzindo a necessidade de capital de giro; caixa mínimo robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo, mesmo em caso de mercado adverso; bem como a ampliação das fontes de financiamento, explorando a capacidade de financiamento dos mercados doméstico e internacional, desenvolvendo uma forte presença no mercado de capitais e buscando novas fontes de financiamento com novos produtos de captação de recursos e em novos mercados, além da utilização de recursos oriundos do programa de desinvestimento.

Ao longo de 2015, a companhia utilizou as fontes tradicionais de financiamento (Export Credit Agency – ECAs, mercado bancário, mercado de capitais e bancos de desenvolvimento) para captar os recursos necessários para a rolagem da dívida e financiamento dos nossos investimentos. No 1º trimestre de 2016, a companhia captou aproximadamente USD 1.1 bilhão em operações de financiamento/empréstimos de longo prazo e assinou um Termo de Compromisso (*Term Sheet*) com China Development Bank – CDB, para a captação de US\$ 10 bilhões por meio de contratos de financiamento que estão em negociação.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento							Consolidado	
	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	31.03.2016	31.12.2015
Principal	36.036	41.912	59.040	82.568	57.131	178.081	454.768	497.289
Juros	17.774	22.567	20.960	17.358	12.708	117.502	208.869	230.531
Total	53.810	64.479	80.000	99.926	69.839	295.583	663.637	727.820

32. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta desta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, a dívida de curto prazo e outros ativos não circulantes e passivos não apresentados a seguir, são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

	Valor justo medido com base em			Total do valor justo contabilizado
	Nível I	Nível II	Nível III	
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	2.764	-	-	2.764
Derivativos de <i>commodities</i>	4	-	-	4
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	36	-	36
Saldo em 31 de março de 2016	2.768	36	-	2.804
Saldo em 31 de dezembro 2015	3.255	24	-	3.279
Passivos				
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	(6)	-	(6)
Derivativos de Juros	-	(69)	-	(69)
Saldo em 31 de março de 2016	-	(75)	-	(75)
Saldo em 31 de dezembro 2015	-	(130)	-	(130)

Não há transferências relevantes entre os níveis.

Em 31 de março de 2016, o valor justo estimado para os financiamentos de longo prazo da companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 16.1.

33. Eventos subsequentes

33.1. Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV 2016

Em 1º de abril de 2016, a Petrobras anunciou um novo Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV (PIDV 2016), a fim de atingir os objetivos de adequação do efetivo e otimização de custos previstos em seu Plano de Negócios e Gestão.

O PIDV 2016 está aberto a todos os funcionários a partir de 11 de abril até 31 de agosto de 2016. O reconhecimento da provisão para gastos com o programa ocorrerá neste período, conforme a inscrição dos funcionários for efetivada. O custo efetivo de implementação do PIDV 2016 dependerá de algumas variáveis, como por exemplo o número de empregados inscritos e as condições específicas de cada empregado.

33.2. Venda da Petrobras Argentina

Em 3 de maio de 2016, a Petrobras informou que concluiu a negociação com a Pampa Energía dos principais termos e condições para a venda da totalidade de sua participação na Petrobras Participaciones S.L. ("PPSL"), empresa do Sistema Petrobras detentora de 67,19% das ações da Petrobras Argentina (PESA), pelo preço base de U\$ 892 milhões, sem considerar os ajustes de preços e impactos fiscais.

Esta operação faz parte do programa de desinvestimentos previsto no Plano de Negócios e Gestão 2015-2019 e sua conclusão está sujeita à deliberação e aprovação de seus termos e condições finais pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Petrobras, bem como pelos órgãos reguladores competentes.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

33.3. Venda dos ativos de distribuição no Chile

Em 3 de maio de 2016, a Petrobras informou que concluiu a negociação com a Southern Cross Group dos principais termos e condições para a venda de 100% da Petrobras Chile Distribución Ltda. ("PCD"), detida através da Petrobras Caribe Ltd., pelo valor estimado em aproximadamente U\$ 490 milhões, sujeito à ajustes de preços e impactos fiscais.

Esta operação faz parte do programa de desinvestimentos previsto no Plano de Negócios e Gestão 2015-2019 e sua conclusão está sujeita à deliberação e aprovação de seus termos e condições finais pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Petrobras, pelo Comitê Executivo da Southern Cross, bem como pelos órgãos reguladores competentes.

33.4. Financiamento com China Exim Bank

Em 9 de maio de 2016, a Petrobras assinou com o China Exim Bank, um Termo de Compromisso (Term Sheet), contendo os principais termos e condições para um financiamento no valor de U\$ 1 bilhão e iniciou a negociação do contrato definitivo.



Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

34. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2015 e 31 de março de 2016

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas	
	Anual de 2015	ITR do 1T-2016
A Companhia e suas operações	1	1
Base de apresentação das informações contábeis intermediárias	2	2
"Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia	3	3
Base de consolidação	(¹)	4
Práticas contábeis	4	5
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	7	6
Contas a receber	8	7
Estoques	9	8
Ativos classificados como mantidos para venda	(²)	9
Investimentos	11	10
Imobilizado	12	11
Intangível	13	12
Redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	14	13
Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	15	14
Fornecedores	16	15
Financiamentos	17	16
Arrendamentos mercantis	18	17
Partes relacionadas	19	18
Provisão para desmantelamento de áreas	20	19
Tributos	21	20
Benefícios concedidos a empregados	22	21
Patrimônio Líquido	23	22
Receita de vendas	24	23
Outras despesas, líquidas	25	24
Custos e Despesas por natureza	26	25
Resultado Financeiro líquido	27	26
Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	28	27
Informações por segmento	29	28
Processos judiciais e contingências	30	29
Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo	32	30
Gerenciamento de riscos	33	31
Valor justo dos ativos e passivos financeiros	34	32
Eventos subsequentes	35	33

(¹) Sumário das principais práticas contábeis

(²) Vendas e incorporações de ativos

As notas explicativas do relatório anual de 2015 que foram suprimidas no ITR de 31 de março de 2016 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas
Estimativas e julgamentos relevantes	5
Novas normas e interpretações	6
Vendas e incorporações de ativos	10
Contas petróleo e álcool	19.6
Contingências ativas	30.5
Compromisso de compra de gás natural	31
Gestão de capital	33.4
Seguros	33.7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – Efeitos da Operação Lava Jato nas operações da Companhia

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às informações contábeis intermediárias, que descreve que:

- i) não foi identificada, até o momento, qualquer informação adicional que impactasse de forma relevante a metodologia de cálculo adotada para constituição da baixa registrada em 30 de setembro de 2014; e
- ii) investigações internas conduzidas por escritórios de advocacia, sob a direção de um Comitê Especial constituído pela Companhia, e investigação conduzida pela Securities and Exchange Commission – SEC continuam em andamento.

Chamamos também a atenção para a nota explicativa 29.4 às informações contábeis intermediárias, que descreve a proposição de ações judiciais contra a Companhia, para as quais uma possível perda ou intervalo possível de perdas não podem ser estimados em função do estágio preliminar em que se encontram.

Nosso relatório não está modificado em relação a esses assuntos.

Outros assuntos – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses

findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ